

Estudos económicos e financeiros

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Atravessar uma longa pandemia

ABR
2021



Estudos económicos e financeiros

Perspetivas Económicas Regionais

África Subsariana **Atravessar uma longa pandemia**

ABR 21

F U N D O M O N E T Á R I O I N T E R N A C I O N A L

©2021 Cataloging-in-Publication Data

IMF Library

Names: International Monetary Fund, publisher.

Title: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa : navigating a long pandemic.

Other titles: Sub-Saharan Africa : navigating a long pandemic. | World economic and financial surveys.

Description: Washington, DC : International Monetary Fund, 2021. | World economic and financial surveys. | Apr. 2021. | Includes bibliographical references.

Identifiers: ISBN 9781513575735 (English Paper)

9781513576060 (English ePub)

9781513576053 (English Web PDF)

9781513575971 (Portuguese Paper)

9781513576114 (Portuguese ePub)

9781513576107 (Portuguese Web PDF)

Subjects: LCSH: Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | COVID-19 Pandemic, 2020—Economic aspects—Africa, Sub-Saharan. | Economic development—Africa, Sub-Saharan. | Africa, Sub-Saharan—Economic policy.

Classification: LCC HC800.R4 2021

O relatório *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, na primavera e no outono, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.

Os pedidos podem ser feitos online, por fax ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090 (USA)

Tel.: (202) 623-7430 Fax: (202) 623-7201

Email: publications@imf.org

www.imf.org

www.elibrary.imf.org

Todas as edições de *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana* estão disponíveis em:

<https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA>

Índice

| | |
|--|-----------|
| Agradecimentos | iv |
| Sumário executivo | v |
| Atravessar uma longa pandemia | 1 |
| Desenvolvimentos recentes: Uma recuperação global, mas o vírus está à frente das vacinas | 1 |
| Principais riscos: A corrida regional contra uma Covid prolongada | 5 |
| Políticas e recomendações: Expandir o que for possível | 7 |
| Construir um futuro melhor: Aproveitar ao máximo o potencial de África | 13 |
| Construir em conjunto: Solidariedade e envolvimento inovador por parte da comunidade internacional | 17 |
| Apêndice estatístico | 24 |
| Caixas | |
| Caixa 1. Aproveitar as condições favoráveis do mercado para melhorar o perfil de reembolso da dívida | 19 |
| Caixa 2. Aquisição, distribuição, custo e financiamento das vacinas | 20 |
| Caixa 3. A DSSI e o Quadro Comum na África Subsaariana | 22 |
| Caixa 4. Diversificação e políticas setoriais específicas: Sucessos e armadilhas | 23 |
| Figuras | |
| Figura 1. África Subsaariana: Novos casos confirmados de Covid-19 | 1 |
| Figura 2. África Subsaariana: Rigor das medidas de contenção | 1 |
| Figura 3. Regiões selecionadas: Doses de vacinas administradas, 2021 | 2 |
| Figura 4. África Subsaariana: Inflação dos preços no consumidor | 2 |
| Figura 5. África Subsaariana: Diferencial do índice EMBI de obrigações dos mercados emergentes | 3 |
| Figura 6. Economias de mercados emergentes e de fronteira da África Subsaariana: Fluxos acumulados de investimentos de carteira, 2020–21 | 3 |
| Figura 7. África Subsaariana: Crescimento do PIB real <i>per capita</i> , 2019–25 | 4 |
| Figura 8. África Subsaariana: Projeções de crescimento do PIB real, 2021–22 | 5 |
| Figura 9. Regiões selecionadas: Doses de vacinas administradas | 6 |
| Figura 10. África Subsaariana: Cenários de crescimento do PIB real <i>per capita</i> , 2019–24 | 6 |
| Figura 11. Regiões selecionadas: Perda do produto e acumulação de dívida por causa da Covid-19, 2020–21 | 8 |
| Figura 12. África Subsaariana: Situação de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento habilitados à assistência PRGT, 2014–20 | 8 |
| Figura 13. África Subsaariana: Receitas e despesas orçamentais, 2020–21 | 9 |
| Figura 14. África Subsaariana: Variação da taxa de política monetária, dezembro 2019–março 2021 | 11 |
| Figura 15. Regiões selecionadas: Perdas de aprendizagem por causa da Covid-19, 2020 | 13 |
| Figura 16. Regiões selecionadas: PIB real <i>per capita</i> , 2020–24 | 14 |
| Figura 17. Regiões selecionadas: Quota de exportação dos produtos primários | 15 |
| Figura 18. Regiões selecionadas: Valor das transações de dinheiro móvel, 2012–19 | 17 |
| Tabelas do apêndice estatístico | |
| Tabela AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor | 27 |
| Tabela AE2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública | 28 |
| Tabela AE3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos | 29 |
| Tabela AE4. Dívida externa pública por devedor e reservas | 30 |

Agradecimentos

A edição de abril de 2021 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi preparada por uma equipa liderada por Andrew Tiffin sob a supervisão de Aqib Aslam, Papa N'Diaye e Catriona Purfield.

A equipa foi composta por Reda Cherif, Seung Mo Choi, Habtamu Fuje, Michael Gorbanyov, Cleary Haines, Shushanik Hakobyan, Franck Ouattara, Henry Rawlings e Boriana Yontcheva.

O relatório contou com contributos específicos de Tarak Jardak, Alvaro Piris Chavarri e Ivohasina Razafimahefa.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Erick Trejo Guevara.

A edição final e produção foram supervisionadas por Cheryl Toksoz, do Departamento de Comunicação.

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

- Nas tabelas, uma célula em branco indica “não se aplica”; a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.
- O sinal (–) entre anos ou meses (por exemplo, 2019–20 ou janeiro–junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2005/06) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, EF 2006).
- “Bilião” significa um milhão de milhões. “Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base equivalem a um quarto de 1 ponto percentual).

Sumário Executivo

A África Subsaariana ainda está a braços com uma crise sanitária e económica sem precedentes. Nos meses que se seguiram à publicação da edição de outubro de 2020 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsaariana*, a região enfrentou uma segunda vaga do coronavírus (Covid-19) que superou rapidamente a escala e a velocidade da primeira. Embora este episódio tenha, por agora, abrandado, muitos países preparam-se para novas vagas, especialmente tendo em conta que o acesso às vacinas continua a ser escasso.

A crise de 2020 da Covid-19 foi uma tragédia verdadeiramente global – afetando tanto os países ricos como os pobres.

A desejada recuperação global em 2021 será, porém, menos equitativa. Muitas economias avançadas adquiriram doses de vacinas em números suficientes para inocular toda a sua população várias vezes, e miram a segunda metade do ano com uma esperança renovada. Contudo, em África, devido ao limitado poder de compra e às poucas opções, muitos países terão dificuldades até para vacinar os trabalhadores essenciais na linha da frente este ano, e poucos conseguirão assegurar uma ampla disponibilidade de vacinas antes de 2023.

De igual modo, a recuperação nas economias avançadas será impulsionada, em grande medida, pelo extraordinário nível de apoio de políticas, incluindo biliões em estímulos orçamentais e orientações acomodáticas por parte dos bancos centrais. Os países da África Subsaariana, porém, em geral não têm essa opção. Na verdade, a maioria entrou na segunda vaga da pandemia com reservas orçamentais e monetárias esgotadas.

Neste contexto, e apesar de um ambiente externo mais dinâmico, a África Subsaariana será a região do mundo com o ritmo de crescimento mais lento em 2021. A economia mundial recuperou mais rapidamente do que o esperado no segundo semestre de 2020, com os efeitos a fazerem sentir-se na região sob a forma de um aumento do comércio, uma subida dos preços das matérias-primas e um regresso das entradas de capitais. As estimativas sugerem agora que a África Subsaariana contraiu -1,9% em 2020. Ainda que não tão ruim como se previa em outubro (-3,0%), trata-se do pior resultado de que há registo.

Perspetivando o futuro, a região crescerá 3,4% em 2021, face à previsão de 3,1% em outubro, sustentada por um melhor comportamento das exportações e dos preços das matérias-primas, assim como por uma recuperação tanto no consumo privado como no investimento. Contudo, o produto *per capita* só deverá regressar aos níveis de 2019 após 2022 – de facto, em muitos países, os rendimentos *per capita* não regressarão aos níveis anteriores à crise antes de 2025.

Tal como em outubro, as perspetivas atuais ainda estão sujeitas a uma incerteza maior do que o habitual e os riscos continuam dominados pela pandemia mundial. A África Subsaariana poderá muito bem enfrentar recorrentes vagas da Covid-19 antes de as vacinas estarem amplamente disponíveis. Outras incertezas importantes dizem respeito à disponibilidade de financiamento externo (oficial e privado), à instabilidade política e ao regresso dos choques relacionados com o clima, como inundações ou secas. Numa nota mais positiva, uma campanha de vacinação acelerada – ou uma distribuição rápida, cooperativa e equitativa das vacinas a nível global – poderia impulsionar as perspetivas da região no curto prazo.

Durante o auge da crise, as discussões sobre políticas estavam muitas vezes orientadas para diferentes fases da pandemia: ações imediatas para salvar vidas e meios de subsistência; iniciativas de curto prazo para assegurar uma recuperação após a fase aguda da crise; e, em seguida, medidas a longo prazo para construir uma economia mais resiliente e sustentável. Contudo, para a África Subsaariana, é provável que todas estas fases se sobreponham, deixando as autoridades na posição de tentar impulsionar e reconstruir as suas economias, ao mesmo tempo que lidam com surtos sucessivos do vírus à medida que ocorrem.

A prioridade absoluta ainda é salvar vidas. Tal implicará mais despesas, não só para reforçar os sistemas de saúde locais e os esforços de contenção, como também para assegurar o cumprimento das condições logísticas e administrativas necessárias à distribuição das vacinas. Para a maioria dos países, o custo da vacinação de 60% da população será considerável, representando um aumento de até 50% nas atuais despesas de saúde.

A prioridade seguinte é fazer tudo o que for possível para apoiar a economia. Contudo, em última análise, tal exigirá o restabelecimento da saúde das contas públicas. No contexto de reduzido espaço orçamental, os défices na região deverão diminuir em pouco mais de 1,5% do PIB em 2021, resultando num recuo do endividamento médio para cerca de 56% do PIB.

No futuro, de um modo geral, o desafio para os decisores políticos será criar mais espaço orçamental, através da mobilização de receitas internas, da priorização e de ganhos de eficiência na despesa ou, porventura, através da gestão da dívida. Além de medidas específicas dos lados da receita e da despesa, as autoridades também podem maximizar o espaço orçamental através da melhoria dos seus quadros orçamentais – um quadro a médio prazo que estabeleça, de forma credível, um equilíbrio entre a necessidade de apoio no curto prazo com a consolidação no médio prazo pode conter os custos de financiamento e manter a confiança.

Relativamente à dívida, 17 países encontravam-se numa situação de sobre-endividamento ou em elevado risco de sobre-endividamento em 2020, um a mais do que antes da crise – estes países incluem vários Estados pequenos ou frágeis e representam cerca de um quarto do PIB ou 17% do stock da dívida da região.

A este respeito, a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do Grupo dos Vinte (G-20) proporcionou um importante apoio de liquidez, disponibilizando 1,8 mil milhões de USD em assistência de junho a dezembro de 2020 e oferecendo 4,8 mil milhões de USD em poupanças potenciais ao longo de janeiro a junho de 2021. Ainda assim, alguns países poderão precisar de mais assistência. As circunstâncias individuais são muitas variadas, mas o Quadro Comum do G-20 pode prestar um tratamento à medida dos requisitos específicos de cada economia. Relativamente aos países com a dívida em níveis sustentáveis mas com persistentes necessidades de liquidez, o Quadro Comum pode ajudar a coordenar o reescalamento da dívida; no que toca aos países com preocupações mais profundas quanto à sustentabilidade da dívida, pode ajudar a coordenar o necessário processo de reestruturação.

Para além da política orçamental, as autoridades monetárias da região têm, em geral, adotado uma posição de apoio. Mas num contexto de aumento dos preços dos produtos alimentares e da energia, muitas estão agora a ficar sem espaço – tendo flexibilizado a política em 2020, a maioria dos países está agora a manter as taxas diretoras inalteradas, enquanto outros inverteram alguns dos cortes das taxas diretoras realizados no ano transato. Os indicadores de estabilidade financeira apresentaram pouca variação em 2020, mas o pleno impacto da crise ainda não se fez sentir. Perspetivando o futuro, uma moratória prolongada iria simplesmente mascarar o verdadeiro estado do sistema financeiro e prejudicar a sua capacidade de apoiar o crescimento a longo prazo.

O emprego recuou cerca de 8,5% em 2020, mais de 32 milhões de pessoas caíram na pobreza extrema e as perturbações na educação comprometeram as perspetivas de uma geração de crianças em idade escolar.

Contudo, apesar das sequelas da crise, a África Subsariana continua a ter um potencial inegável, e a necessidade de reformas ousadas e transformadoras é mais urgente do que nunca, incluindo em matéria de mobilização de receitas, digitalização, integração comercial, concorrência, transparência, governação e mitigação das alterações climáticas. Além disso, face a recursos limitados, a prioridade deverá ser dada a reformas que promovem a resiliência a choques futuros, com incidência nos setores com o melhor retorno em matéria de crescimento e emprego. A este respeito, a experiência de diferentes países durante a crise sugere a necessidade de acelerar a agenda de diversificação da região.

Para a comunidade internacional, garantir a cobertura das vacinas na África Subsariana não é simplesmente uma questão relevante para os meios de subsistência locais e para o crescimento local. Uma ampla cobertura regional constitui também um bem público mundial. Para qualquer país, em qualquer lado, a recuperação mais duradoura requer um esforço global que inclua todas as pessoas. Há que evitar as restrições à disseminação das vacinas ou de equipamentos médicos; os mecanismos multilaterais – como a COVAX, a aliança para o acesso global às vacinas contra a Covid 19 – devem ser completamente

financiados, e devem ser introduzidos canais para garantir que as doses excedentárias nos países ricos sejam redistribuídas rapidamente.

Em termos mais gerais, para recuperar o terreno perdido durante a crise, os países de baixos rendimentos da África Subsaariana deparam-se com necessidades adicionais de financiamento externo de 245 mil milhões de USD ao longo de 2021–25 para reforçar a resposta à pandemia e acelerar a convergência de rendimentos. O montante correspondente para a conjunto da África Subsaariana é de 425 mil milhões de USD. Estes temas serão debatidos na próxima Cimeira Internacional de Alto Nível sobre Financiamento para África.

Por si só, a região consegue cobrir apenas uma parte destas necessidades. A comunidade internacional, incluindo o FMI, avançou prontamente para ajudar a cobrir as necessidades de emergência em 2020. No entanto, será essencial mais apoio – por meio de mais financiamento concessional, entre outros – e mais ajuda para lidar com a dívida da região. A extensão até dezembro de 2021 da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G-20 e o novo Quadro Comum serão úteis a este respeito. Além disso, a alocação de direitos de saque especiais no montante de 650 mil milhões de USD disponibilizará cerca de 23 mil milhões de USD aos países da África Subsaariana com vista ao reforço da liquidez e ao combate à pandemia.

A longo prazo, porém, os recursos oficiais talvez não sejam suficientes. O legado desta crise também poderá constituir uma oportunidade valiosa para adotar abordagens inovadoras em matéria de financiamento, que ajudem a África Subsaariana a mobilizar recursos do setor privado, particularmente à luz das necessidades de investimento da região.

Atravessar uma longa pandemia

DESENVOLVIMENTOS RECENTES: UMA RECUPERAÇÃO GLOBAL, MAS O VÍRUS ESTÁ À FRENTE DAS VACINAS

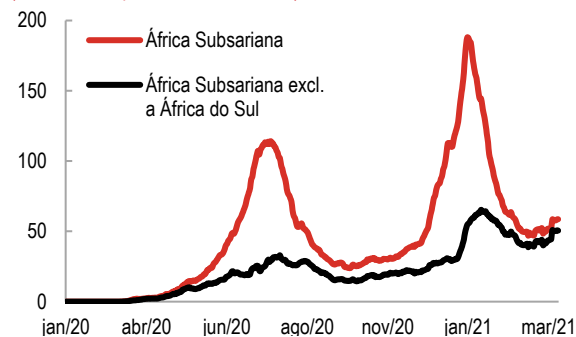
Uma pandemia regional mais longa e generalizada...

A crise da doença do coronavírus (Covid-19) continua. A África Subsaariana ainda vive uma emergência sanitária e económica. Há um ano, a maioria dos países africanos introduziu rapidamente confinamentos a nível nacional para conter o vírus e proteger a região dos piores efeitos da crise. Embora tenham sido vitais para salvar vidas, estas medidas tiveram um impacto direto e dramático nas economias locais, levando a economia da África Subsaariana a recuar uns extraordinários $-1,9\%$ em 2020 – o pior desempenho de que há registo.

Com a diminuição do número de casos e à luz dos crescentes custos económicos e sociais dos confinamentos, muitos países reabriram com cautela as suas economias durante o verão. No entanto, nos meses que se seguiram à publicação da edição de outubro de 2020 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsaariana*, a região – juntamente com o resto do mundo – enfrentou uma segunda vaga que superou rapidamente a escala e a velocidade da primeira num amplo conjunto de países (Figura 1). Além disso, algumas partes da África Austral assistiram ao surgimento de variantes mais infecciosas da doença. Embora a segunda vaga tenha, por agora, abrandado, muitos países continuam a preparar-se para novas vagas com a aproximação do inverno no hemisfério sul.

Figura 1. África Subsaariana: Novos casos confirmados de Covid-19

(Novos casos por semana, milhares)



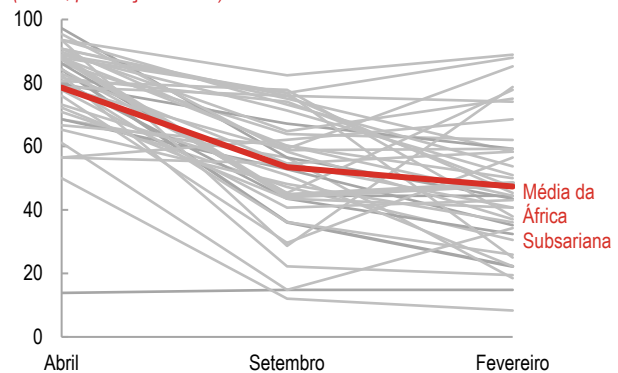
Fonte: Center for Systems Science and Engineering (CSSE) da Universidade Johns Hopkins, projeto de rastreamento da Covid.

Os países estão sobrecarregados. A maioria dos países entrou na segunda vaga numa posição bastante pior do que aquando da primeira vaga, com reservas orçamentais e monetárias esgotadas, menos recursos para proteger os mais vulneráveis e milhões de pessoas a cair na pobreza. Por conseguinte, as medidas de contenção implementadas durante a segunda vaga foram bastante mais diversas do que durante a primeira vaga (Figura 2). Embora nem sempre tão restritivas como na primeira vaga, alguns países responderam à intensidade da segunda vaga reintroduzindo medidas de controlo da circulação e da atividade (África do Sul, Lesoto, Zimbabué). Outros mostraram-se mais relutantes em repetir as medidas economicamente onerosas aplicadas em 2020 (Gana, Senegal).

A longa espera pelas vacinas. O esforço global para desenvolver uma vacina eficaz tem sido verdadeiramente notável, e muitos países aguardam o segundo semestre do ano com esperança renovada. Contudo, o processo de produção, aquisição e distribuição de vacinas à escala mundial arrancou de forma lenta e bastante desigual (Figura 3). Muitas economias avançadas estão a intensificar rapidamente os seus esforços de vacinação, tendo como objetivo assegurar a vacinação da maioria das pessoas até meados de 2021; com efeito, muitas delas adquiriram doses suficientes de vacinas para cobrir várias vezes as suas populações. Em África, porém, dado o poder de compra limitado e as opções reduzidas, muitos países encontram-se relegados ao fim da fila, e enfrentam grandes dificuldades para cobrir os trabalhadores essenciais na linha da frente (profissionais de

Figura 2. África Subsaariana: Rigor das medidas de contenção

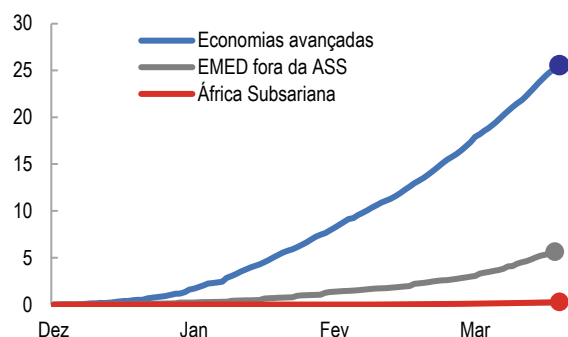
(Índice, pontuação de 100)



Fonte: COVID-19 Government Response Tracker da Universidade de Oxford.

Figura 3. Regiões selecionadas: Doses de vacinas administradas, 2021

(Por 100 pessoas)



Fontes: Our World In Data; e Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial.

Nota: EMED fora da ASS = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento fora da África Subsariana.

saúde, professores, etc.). Enquanto esperam, e no contexto de sistemas de saúde já sobrecarregados, as autoridades continuarão a enfrentar a ameaça do recrudescimento da pandemia.

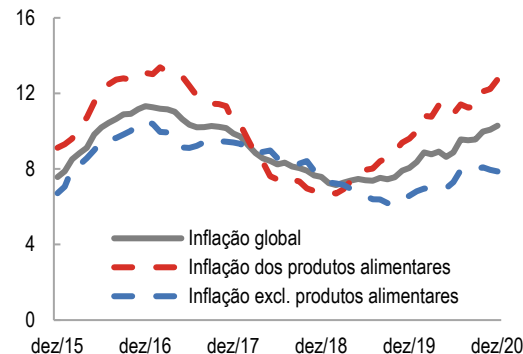
...neutraliza uma conjuntura externa mais favorável...

Uma recuperação mundial desigual. As estimativas atuais sugerem que a economia mundial recuou -3,3% em 2020, mas grande parte dessa contração concentrou-se no primeiro semestre do ano. Na realidade, as estimativas para o crescimento mundial em 2020 são 1,1 pontos percentuais superiores às das previsões de outubro do *World Economic Outlook*, devido a uma recuperação mais forte do que o previsto no segundo semestre.

Subida dos preços das matérias-primas. Em linha com a economia mundial, a maioria dos preços das matérias-primas também recuperou no segundo semestre de 2020, à medida que os confinamentos rigorosos foram sendo gradualmente suspensos e que a procura mundial se consolidou, especialmente na China. Os preços do petróleo no primeiro trimestre de 2021 situaram-se, em média, em torno de 59 USD por barril, uma subida significativa face a 41 USD em 2020. Os preços das matérias-primas não petrolíferas também estão a subir. Os preços dos metais de base recuperaram fortemente no segundo semestre, aumentando 36% entre junho e dezembro de 2020.

Figura 4. África Subsariana: Inflação dos preços no consumidor

(Variação homóloga)



Fontes: Autoridades nacionais; e cálculos do corpo técnico do FMI.

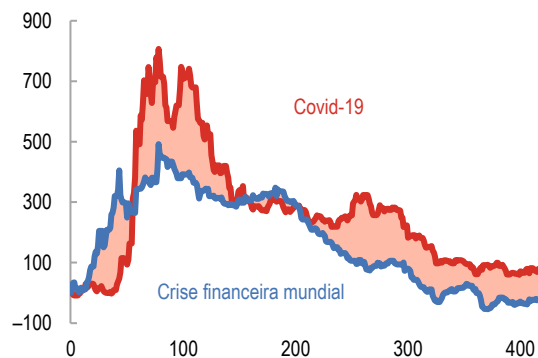
Alta dos preços dos produtos alimentares. Os preços de muitos produtos agrícolas básicos também apresentaram alta no segundo semestre de 2020, invertendo a tendência de declínio registada durante os primeiros meses da pandemia, quando o excesso de oferta mundial e a menor procura empurraram os preços para mínimos de quatro anos¹. Na África Subsariana, esses desenvolvimentos a nível mundial vieram se somar às tendências regionais preexistentes – muitos países afetados pelas secas já se viam a braços com a subida dos preços dos produtos alimentares (Figura 4), com algumas regiões a registarem picos localizados de preços dos alimentos e uma crescente insegurança alimentar (Burquina Faso, Mali, Níger, República Democrática do Congo, Zimbabué)².

Condições financeiras mais brandas. Da mesma forma, as condições financeiras mundiais melhoraram significativamente no segundo semestre de 2020. Depois de terem atingido máximos históricos em abril, os spreads soberanos da África Subsariana recuaram cerca de 700 pontos base ao longo de 2020 (Figura 5). As vendas regionais de Eurobonds retomaram no final de 2020, com uma emissão bem-sucedida pela Côte d'Ivoire em novembro, à qual se seguiu, no início de 2021, uma emissão do Benim e de Gana, e outra emissão da Côte d'Ivoire. Os mercados antecipam um total de cerca de 15 mil milhões de USD em vendas de Eurobonds em 2021 (Caixa 1).

¹ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. "Special Feature: Commodity Market Developments and Forecasts", *World Economic Outlook*, Washington, DC, Abril.

² Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. "Food Markets During COVID-19", Série Especial do FMI sobre a COVID-19, Washington, DC, Junho.

Figura 5. África Subsaariana: Diferencial do índice EMBI de obrigações dos mercados emergentes
(Pontos base vs. referência em dólar dos EUA, acumulado desde o evento)



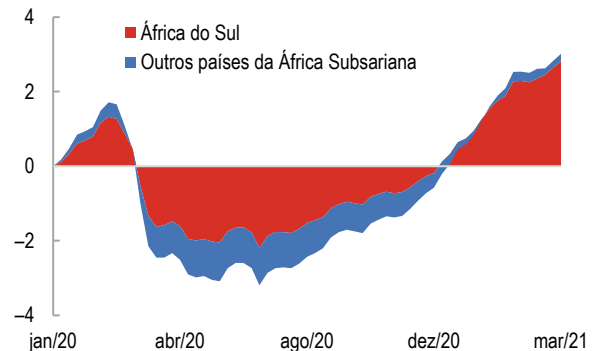
Fontes: Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Exclui a Zâmbia.

Para o próximo ano, os principais bancos centrais provavelmente manterão uma postura acomodatória a curto e médio prazo; como tal, as condições financeiras para os mutuários africanos deverão permanecer positivas na generalidade, não obstante a recente volatilidade do mercado.

- As saídas de fluxos financeiros dos mercados emergentes e de fronteira da África Subsaariana totalizaram 5 mil milhões de USD entre fevereiro e junho de 2020, mas as entradas de fluxos retomaram em julho e cifraram-se em quase 4 mil milhões de USD na segunda metade do ano (Figura 6).
- Além disso, as entradas de remessas também recuperaram em muitos países (Gâmbia, Quênia). As remessas continuam a ser a principal fonte de rendimento proveniente do exterior da África Subsaariana e estão estreitamente ligadas ao crescimento mundial (cerca de 60% das entradas têm origem nas economias avançadas)³. No total, as entradas de remessas caíram cerca de 7% em 2020, mas este valor compara favoravelmente com uma queda de cerca de 20% projetada aquando da publicação das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsaariana* de outubro de 2020 e reflete uma subida acentuada no final do ano – uma tendência que deverá continuar em 2021.

Figura 6. Economias de mercados emergentes e de fronteira da África Subsaariana: Fluxos acumulados de investimentos de carteira, 2020–21
(Mil milhões de USD)



Fontes: Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Outros países da África Subsaariana = Angola, Côte d'Ivoire, Gana, Moçambique, Nigéria, Quênia, Ruanda, Senegal e Zâmbia.

...colocando novos desafios aos decisores políticos da África Subsaariana.

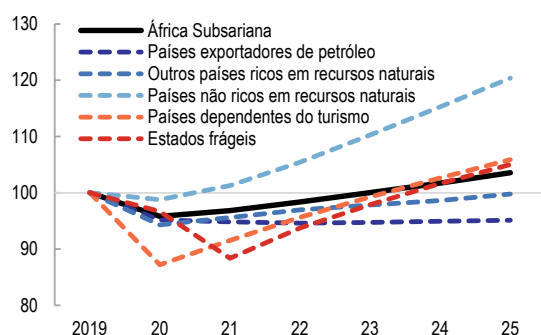
Apesar de uma revisão em alta, a África Subsaariana será ainda assim a região com menor crescimento em 2021. A economia global deverá manter a sua recente pujança e crescer 6% em 2021 – uma revisão em alta de 0,8 ponto percentual desde outubro – refletindo a distribuição mais acelerada de vacinas e os incentivos em vigor nas principais economias. Por outro lado, o crescimento na África Subsaariana deverá ser de 3,4%. Tal reflete a recorrente falta de espaço para a aplicação de políticas, mas também, em parte, a distribuição mais lenta de vacinas na região, onde é pouco provável que a maioria dos países alcance uma cobertura geral (pelo menos 60% da população vacinada) antes do final de 2023.

Um legado duradouro. Para o conjunto da região, o produto *per capita* só regressará aos níveis de 2019 após 2022 – e, em muitos países, os rendimentos *per capita* não regressarão aos níveis anteriores à crise antes do final do horizonte de previsão (Figura 7). As perdas acumuladas do produto decorrentes da pandemia ascenderão a quase 12% do PIB em 2020–21.

³ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2021. “Remittances in sub-Saharan Africa: An Update”, Série Especial do FMI sobre a COVID-19, Washington, DC, Fevereiro.

Figura 7. África Subsariana: Crescimento do PIB real per capita, 2019–25

(Índice 2019 = 100)

Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

- A economia da **África do Sul** recuou uns extraordinários -7% no ano passado. Um quarto trimestre melhor do que o esperado levou a uma revisão em alta em 2021 – embora este facto possivelmente será neutralizado pela segunda vaga da Covid-19, que atingiu o pico em janeiro de 2021 e resultou na reintrodução de algumas medidas de contenção durante o primeiro trimestre. O impacto líquido será uma taxa de crescimento de $3,1\%$ em 2021. Em termos prospetivos, as autoridades empreenderam um ambicioso programa de vacinação, que poderá limitar o risco de mais vagas, caso seja implementado rapidamente. Contudo, é provável que as sequelas da crise, o agravamento das desigualdades, as falhas crónicas de eletricidade e a rigidez dos mercados laboral e de produtos afetem o crescimento a médio prazo, condicionando a capacidade da economia tirar partido de uma melhor conjuntura global.
- Na **Nigéria**, a economia contraiu $1,8\%$ em 2020 e deverá crescer $2,5\%$ em 2021, graças à subida dos preços e ao aumento da produção petrolífera e de uma recuperação generalizada nos setores não petrolíferos. A médio prazo, a transição global para energias mais verdes continuará a pesar sobre a produção petrolífera, enquanto o crescimento não petrolífero deverá manter-se letárgico na ausência de um esforço firme para resolver as deficiências estruturais de longa data do país, incluindo estrangulamentos ao nível das

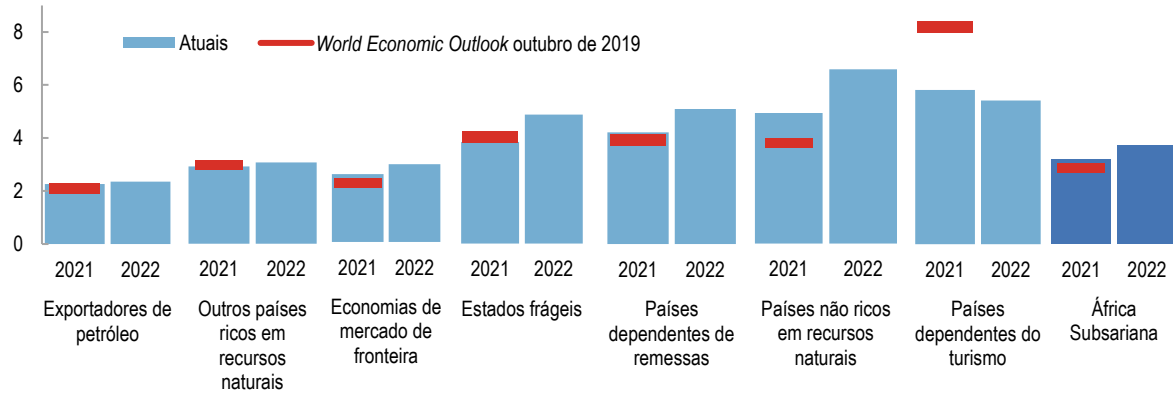
infraestruturas e capital humano, bem como as fragilidades em termos de políticas e governação. Em 2021, prevê-se que **Angola** cresça pela primeira vez em seis anos. A crise resultou numa queda de $-4,0\%$ do produto em 2020, mas o crescimento deverá recuperar modestamente para $0,4\%$ este ano. Esta última projeção sofreu uma expressiva revisão em baixa desde outubro, devido aos atrasos nos investimentos e nas intervenções de manutenção no setor petrolífero. As projeções para um maior crescimento não petrolífero refletem recuperações moderadas nos setores da agricultura e dos serviços.

- As previsões de crescimento da **Etiópia** para o exercício 2020/21 foram revistas em alta, de 0% para 2% , como resultado de um dinamismo maior do que o esperado no exercício de 2019/20, juntamente com a recuperação mundial generalizada. Mas a incerteza relacionada com a Covid-19 continuará a pesar sobre as atividades agrícolas, e as projeções para o produto agrícola foram revistas em baixa, refletindo as recentes pragas de gafanhotos e o conflito em Tigray. Em janeiro de 2021 assistiu-se a um novo aumento de casos de Covid-19.

Os países dependentes do turismo (Cabo Verde, Comores, Gâmbia, Maurícias, São Tomé e Príncipe, Seicheles) enfrentam um desafio particularmente exigente. O turismo é uma fonte crucial de emprego, divisas e receitas públicas, mas as chegadas de turistas foram bruscamente interrompidas no primeiro semestre de 2020, o que provocou uma contração da economia de até $14\text{--}16\%$ (Cabo Verde, Maurícias, Seicheles)⁴. Apesar da recuperação mundial, as viagens internacionais continuam em níveis reduzidos, e não se espera que as entradas de turistas em África regressem aos níveis de 2019 antes de 2023. No entanto, a partir de uma base baixa, as receitas do turismo deverão começar a melhorar este ano – impulsionadas em alguns casos por programas de vacinação rápidos e ambiciosos (Seicheles). Tal deverá contribuir para uma retoma do consumo privado e uma subida modesta no investimento (Figura 8).

⁴ Para os países com uma diáspora considerável, as menores entradas de turistas foram compensadas, em parte, por maiores remessas (Comores).

Figura 8. África Subsaariana: Projeções de crescimento do PIB real, 2021–22



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Tanto nas **economias de fronteira** como nas **economias frágeis**, o reduzido grau de despesa pública e investimento privado pesará no crescimento em 2021, mas será compensado por uma aceleração do consumo. Contudo, em algumas economias frágeis – especialmente nos países do Sahel – os atuais desafios de segurança (Burquina Faso) e instabilidade política (Mali) poderão prejudicar a esperada recuperação da confiança dos consumidores.

Sustentado pelo aumento dos preços das matérias-primas e das exportações, o crescimento para os **exportadores de petróleo** passará de -2,3% em 2020 para 2,3% em 2021, com a recuperação a ser afetada pelo fraco desempenho do investimento. Por outro lado, os **outros países ricos em recursos naturais** deverão assinalar uma recuperação relativamente rápida. Em virtude sobretudo da retoma do consumo, prevê-se que o crescimento do produto suba de -3,7% em 2020 para 3,5% em 2021, um nível praticamente idêntico àquele registado antes da crise.

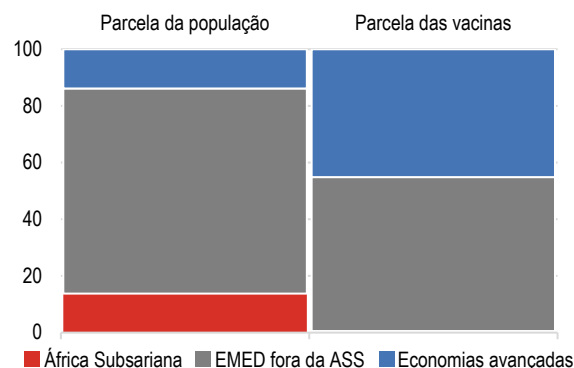
Os **países não ricos em recursos mais diversificados** continuarão a ser as economias mais dinâmicas da região, impulsionados pela normalização do consumo, mas também pelo regresso do investimento. O crescimento destes países passará de 1,0% em 2020 para 4,8% em 2021, uma recuperação bem-vinda, mas ainda assim aquém das tendências anteriores à crise, dado que os países não ricos em recursos não deverão regressar às taxas de crescimento pré-crise antes de 2022.

PRINCIPAIS RISCOS: A CORRIDA REGIONAL CONTRA UMA COVID PROLONGADA

Os riscos continuam a ser dominados pela pandemia e pelo acesso às vacinas.

Uma Covid-19 ainda mais prolongada. A edição de outubro de 2020 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsaariana* sublinhou que as perspetivas para a região estavam sujeitas a uma incerteza superior ao habitual e que as projeções para a região dependiam, fundamentalmente, da duração do choque da Covid-19 – e, à época, presumia-se que o pior já tinha passado.

Esta incerteza subsiste. De facto, à luz da experiência da segunda vaga, a África Subsaariana poderá deparar-se com recorrentes episódios de Covid-19 antes das vacinas ficarem amplamente disponíveis (Figura 9). O cenário de base pressupõe que novos surtos serão acompanhados de confinamentos localizados, conforme seja necessário, mas pressupõe ainda que as medidas de contenção serão menos severas do que no início de 2020. Além disso, o cenário de base pressupõe igualmente que quaisquer medidas de contenção terão um menor impacto na atividade por comparação com o início de 2020, devido a um direcionamento mais deliberado, a uma maior adaptação e a um ponto de partida mais moderado para as atividades que implicam um elevado grau de contacto.

Figura 9. Regiões selecionadas: Doses de vacinas administradas

Fontes: Our World in Data; e Banco Mundial, base de dados dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial.

Nota: Dados até ao final de março de 2021. EMED fora da ASS = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento fora da África Subsariana.

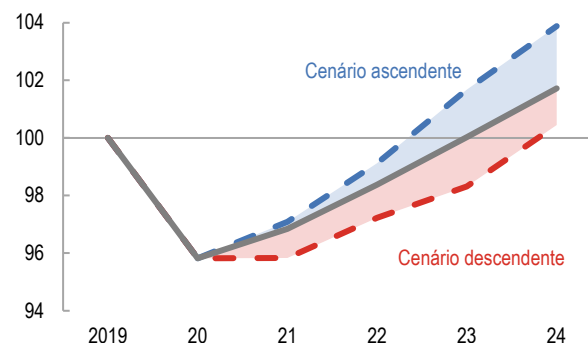
Uma corrida contra o vírus. Os constrangimentos ao nível da produção significam que a maioria dos países em África depende da aliança para o acesso global às vacinas contra a Covid-19 (COVAX) e da União Africana para garantir doses iniciais para as suas populações (Caixa 2). O panorama complica-se ainda mais pelo facto de diferentes vacinas terem diferentes requisitos e, porventura, diferentes graus de eficácia. Nos casos em que já começaram a ser enviadas vacinas, o sucesso da campanha de vacinação também depende, de forma crítica, da infraestrutura de distribuição que as autoridades e a comunidade internacional consigam implementar. Caso os problemas ao nível do fornecimento e da distribuição subsistam, a maioria dos países terá dificuldades em alcançar a imunidade de grupo antes do fim de 2023, deixando-os expostos a novas estirpes mais virulentas da doença e levantando a possibilidade da Covid-19 se tornar um problema permanente e endémico em toda a região.

As simulações de uma pandemia global mais prolongada sugerem que os riscos descendentes para o crescimento são significativos.

Num **cenário descendente**, no qual a campanha de vacinação mundial se desenrola a um ritmo mais lento do que o esperado – devido a problemas com a produção, distribuição e eficácia das vacinas, ou hesitações em aderir à imunização – o crescimento global cai 1,5–2,5 pontos percentuais ao longo de 2021–22, os preços das principais matérias-primas

Figura 10. África Subsariana: Cenários de crescimento do PIB real per capita, 2019–24

(Índice 2019 = 100)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

descem e o custo de financiamento dos mercados emergentes e de fronteira aumenta. Na África Subsariana, o crescimento cai cerca de 0,5–1 ponto percentual ao longo de 2021–22, resultando em perdas adicionais acumuladas do PIB *per capita* de quase 2,5% nos próximos dois anos. A região regressaria aos níveis de rendimento pré-crise apenas em 2024 (Figura 10).

Num **cenário ascendente**, a campanha de vacinação mundial se desenrola de forma ainda mais rápida do que no cenário de base, impulsionando o crescimento mundial em mais de 0,25 ponto percentual em 2021 e 1,25 pontos percentuais em 2022. Nesta conjuntura mais favorável, o crescimento na África Subsariana melhora ao longo de 2021–22 em torno de 0,25 ponto percentual ao ano, o que resulta num ganho acumulado do produto de quase 1 ponto percentual nos próximos dois anos. A evolução da Covid-19 é, sem dúvida, altamente incerta, e o desenvolvimento de uma série de vacinas eficazes no espaço de um ano é um feito quase milagroso; por isso, ainda há margem para outros desenvolvimentos positivos. Uma aceleração dos cronogramas, por exemplo, ou um esforço redobrado para assegurar a distribuição rápida e equitativa de vacinas a nível mundial, poderiam dar novo alento às perspetivas da região a curto prazo.

Além da pandemia, subsistem outras incertezas.

Os **principais riscos internos** incluem uma deterioração das desigualdades socioeconómicas preexistentes, bem como das tensões sociais e

políticas, que poderão comprometer a confiança e prejudicar a formulação de políticas eficazes. Treze países realizarão eleições em 2021 num contexto de espaço orçamental limitado, o que aumenta o risco de derrapagens de política. Outros deparam-se com graves preocupações em termos de segurança (Burquina Faso, Camarões, Chade, Etiópia, Mali, Moçambique, República Centro-Africana). A região também continua sujeita a choques relacionados com o clima, como inundações e secas (Benim, Lesoto, Mali).

Os riscos de uma recuperação mundial desigual.

Uma retirada inesperada do apoio de políticas nas principais economias avançadas ou uma reavaliação pelos participantes no mercado das perspectivas de inflação relativa poderiam despoletar um aumento da volatilidade nos mercados e um agravamento desordenado das condições financeiras mundiais. Os mercados poderiam então reavaliar o preço de ativos de risco e os mutuários vulneráveis poderiam enfrentar maiores riscos de refinanciamento, prejudicando o acesso aos mercados por parte das economias emergentes e de fronteira. Nos países da África Subsaariana com reduzido espaço orçamental e pouca margem para resistir a outra inversão dos fluxos de capitais – em especial os países com um elevado nível de endividamento e/ou poucas reservas – tal poderia acentuar as pressões sobre a sustentabilidade da dívida, pressões de desvalorização e, em alguns casos, resultar numa maior inflação e num menor crescimento.

Apoio financeiro inadequado. Tendo em conta as necessidades de financiamento relacionadas com a crise, as projeções do cenário de base para a África Subsaariana pressupõem a continuação do apoio da comunidade internacional e uma rápida normalização das entradas de fluxos privados. Se isto não ocorrer, muitos países poderão cair num círculo vicioso, no qual um défice de financiamento externo exige uma consolidação orçamental mais aprofundada, o que acaba por asfixiar o crescimento a curto prazo, agravando as tensões sociais, aumentando os prémios de risco e limitando a capacidade de as autoridades prosseguirem reformas para estimular a produtividade, deixando os países presos numa trajetória de baixo crescimento e de dívida elevada.

POLÍTICAS E RECOMENDAÇÕES: EXPANDIR O QUE FOR POSSÍVEL

As políticas macroeconómicas estarão muito condicionadas e implicarão algumas escolhas difíceis.

Políticas numa pandemia longa. Durante o auge da crise, as discussões sobre políticas estavam muitas vezes orientadas para diferentes fases da pandemia: ações imediatas para salvar vidas e meios de subsistência; iniciativas de curto prazo para assegurar uma recuperação robusta após a fase aguda da crise; e, na sequência, medidas a longo prazo para construir uma economia pós-Covid-19 mais resiliente, inclusiva e sustentável. Contudo, para a África Subsaariana, à medida que a pandemia persiste, é provável que todas estas fases se sobreponham, deixando os decisores políticos na posição nada invejável de tentar impulsionar e reconstruir as suas economias, ao mesmo tempo que lidam com surtos sucessivos do vírus à medida que ocorrem. Além disso, a conciliação destas necessidades concorrentes poderá tornar-se cada vez mais difícil ao longo do tempo, devido ao legado orçamental de 2020. Os recursos já são escassos e, quanto mais tempo a pandemia durar, mais escassos serão.

A prioridade absoluta ainda é salvar vidas. Contudo, os confinamentos prolongados pura e simplesmente não são viáveis como uma solução duradoura, pelo que as medidas de contenção e a vigilância da saúde pública terão de ser adaptadas a cada surto individual. Será difícil obter o equilíbrio certo. Implicará mais despesa, não só para reforçar a resiliência dos sistemas de saúde locais e apoiar a testagem e o rastreio exigidos no âmbito de uma abordagem de contenção mais ajustada, como também para assegurar o cumprimento dos requisitos logísticos, administrativos e financeiros para uma campanha de vacinação em massa.

Nada disto é o ideal. Enquanto a pandemia durar, as medidas de contenção de “pára-arranca” continuarão a prejudicar a confiança dos consumidores e das empresas; e enquanto as preocupações relacionadas com a pandemia continuarem a travar a economia, maior o potencial para sequelas a longo prazo, à medida que o capital físico e humano se vai desgastando. Além disso, a despesa adicional para

conter a pandemia virá necessariamente às custas de outras prioridades orçamentais, incluindo despesas cruciais noutras áreas básicas da saúde, assim como as tão necessárias despesas de investimento.

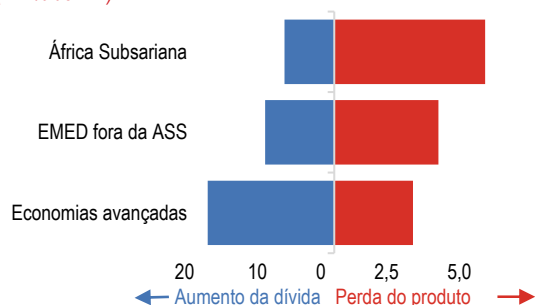
Os responsáveis políticos farão o que for possível, mas, em última análise, tal implica restabelecer a saúde das contas públicas.

Criar espaço enquanto se preserva a sustentabilidade orçamental.

Limitado espaço para a aplicação de políticas. A região entrou na crise da Covid-19 com menos espaço orçamental do que no início da crise financeira mundial, com 16 países em risco elevado de sobre-endividamento ou já numa situação de sobre-endividamento em 2019. A Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do Grupo dos Vinte (G-20) proporcionou algum espaço de manobra para os países continuarem a realizar despesas críticas, ao adiar temporariamente os pagamentos sem reduzir o nível global da dívida (Caixa 3).

Mas os pacotes orçamentais relacionados com a Covid-19 na região cifraram-se, em média, em apenas 2,6% do PIB em 2020. Trata-se de um valor consideravelmente inferior aos montantes gastos noutras regiões (as despesas nas economias avançadas foram quase o triplo deste montante: 7,2% do PIB em 2020) e, muitas vezes, às custas de despesas essenciais noutras áreas. Como resultado, a maioria dos países na região não conseguiu mitigar o impacto da pandemia nas suas economias na mesma medida que outros países o fizeram e, consequentemente, sofreu maiores perdas do produto (Figura 11).

Figura 11. Regiões seleccionadas: Perda do produto e acumulação de dívida por causa da Covid-19, 2020–21
(Em % do PIB)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

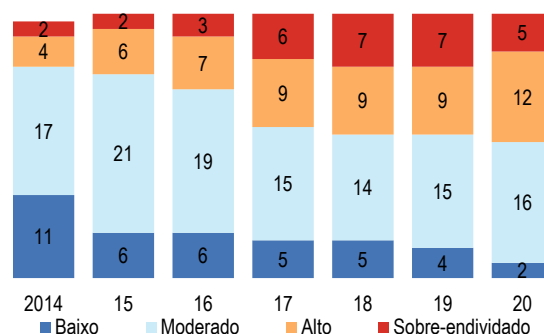
Nota: EMED fora da ASS = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento fora da África Subsariana.

Com as políticas públicas a proporcionar um menor grau de apoio do que em muitas outras regiões, a dívida pública aumentou na África Subsariana para quase 58% do PIB em 2020, o nível mais alto em quase 20 anos e uma subida de mais de 6 pontos percentuais em apenas um ano. Dezassete países encontravam-se em risco elevado de sobre-endividamento ou numa situação de sobre-endividamento em 2020, um a mais do que antes da crise (Figura 12). Esse grupo, que inclui vários estados pequenos ou frágeis (8), representa cerca de um quarto do PIB da região, ou 17% do seu stock da dívida.

Além disso, a crise também afetou os balanços de importantes empresas públicas, aumentando os passivos contingentes de muitos governos. Este facto é particularmente evidente em algumas companhias aéreas públicas (Namíbia, Quênia) que foram severamente atingidas pela queda acentuada das viagens internacionais, mas também é notório em empresas de serviços públicos que já se encontravam em dificuldades (África do Sul) e que tiveram de resistir a uma queda prolongada nas receitas que agravou seus problemas preexistentes.

Mesmo enquanto lidam com os custos e as exigências da pandemia em curso, a maioria dos países terá de **empreender uma consolidação orçamental** para recolocar a dívida numa trajetória sustentável. No plano regional, os défices devem diminuir em cerca de 1,5% do PIB este ano, levando a uma descida ligeira da dívida média para cerca de 56% do PIB em 2021, embora com diferenças acentuadas entre os países (Figura 13).

Figura 12. África Subsariana: Situação de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento habilitados à assistência PRGT, 2014–20

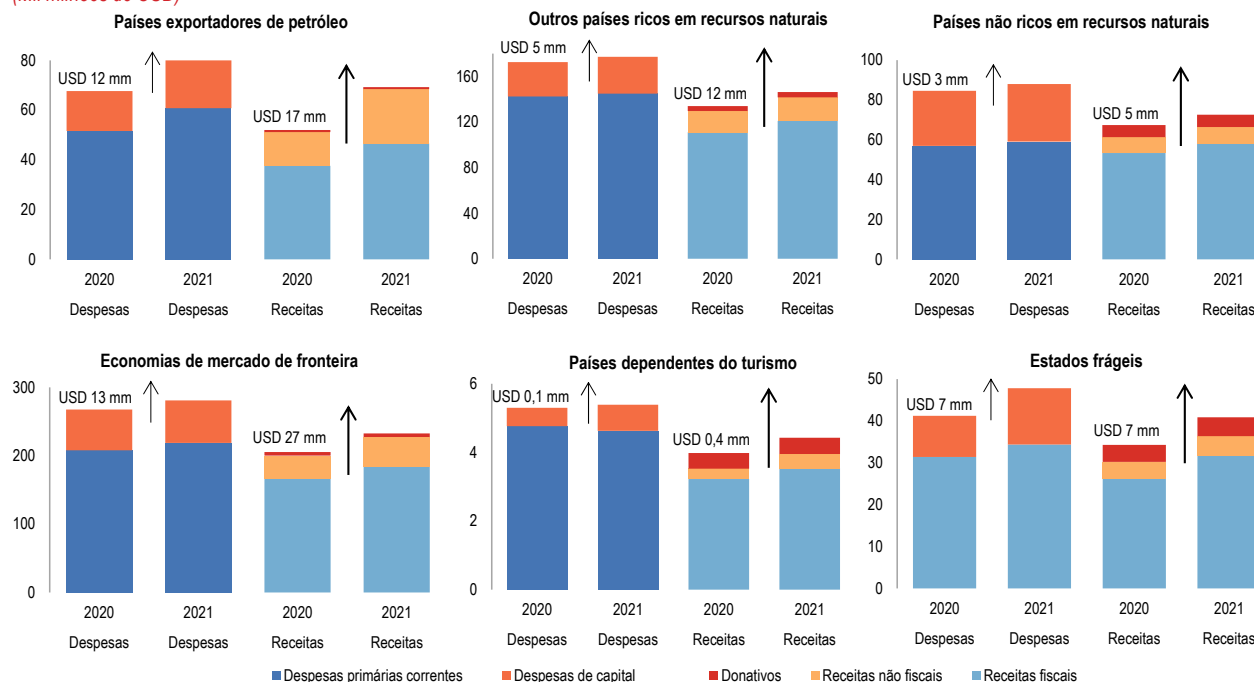


Fonte: FMI, base de dados sobre a análise de sustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento.

Nota: A notação de risco da dívida de Cabo Verde começou em 2014 e a do Sudão do Sul em 2015. PRGT = Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento.

Figura 13. África Subsariana: Receitas e despesas orçamentais, 2020–21

(Mil milhões de USD)


 Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Neste contexto, alguns países poderão ser forçados a retirar o apoio de emergência mais rapidamente do que gostariam, o que poderá comprometer a pujança da recuperação.

Criação de espaço. O principal desafio para os decisores políticos será encontrar formas de criar mais espaço orçamental, através da mobilização de receitas internas, priorização e ganhos de eficiência na despesa ou, porventura, através do tratamento das suas obrigações do serviço da dívida.

Do lado da receita, e em função das circunstâncias do país, as autoridades que pretendam expandir o seu espaço orçamental podem procurar implementar políticas fiscais que 1) aumentem a progressividade e cobertura do imposto sobre o rendimento de pessoas singulares, 2) eliminem isenções e incentivos distorcionais em sede do imposto sobre o rendimento das sociedades, 3) aumentem o papel dos impostos prediais e ambientais e 4) alarguem a base do imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Relativamente a este último, há muito espaço para melhoria no caso da África Subsariana, uma vez

que a eficiência do IVA na região (o rácio entre as receitas efetivas do imposto e as receitas teóricas recebidas se todo o consumo fosse tributado a uma taxa padrão) é de apenas 35%, face a uma média global superior a 50%. Se a eficiência regional subisse para um nível idêntico ao da média global, tal geraria um aumento das receitas na ordem de 2% do PIB⁵. Em termos mais gerais, os esforços de alargamento da base deveriam visar a captura de uma proporção maior do setor informal. As medidas para o alargamento da base dos impostos deveriam ser complementadas por esforços para combater os fluxos financeiros ilícitos, que representam uma enorme e constante perda de recursos fiscais para a região, com prejuízos também para a prosperidade.

As autoridades poderão igualmente aproveitar as potenciais vantagens das **novas tecnologias** para reforçar a administração tributária no curto prazo. Por exemplo, a introdução do e-Fatura (Quênia, Uganda) mostrou-se um meio eficaz para aumentar a eficiência da arrecadação fiscal ao simplificar, de forma rápida e significativa, o trabalho administrativo e ao reduzir os custos relativos à

⁵ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. “Política tributária para o crescimento inclusivo após a pandemia”, Série Especial do FMI sobre a COVID-19, Washington, DC, Dezembro.

conformidade⁶. Em São Tomé e Príncipe, o e-Fatura permitiu às autoridades expandir a base tributária para o setor informal do país, mesmo no contexto da crise da Covid-19. Outras medidas para melhorar a administração tributária poderão incluir uma abordagem à administração da receita mais baseada nos riscos, assim como mais reformas em matéria de governação e combate à corrupção para aumentar a eficiência fiscal⁷.

Do lado da despesa, muitos países na África Subsariana foram obrigados a manter despesas essenciais, cortando nos gastos menos prioritários e adiando os investimentos públicos. É provável que esta pressão se mantenha enquanto durar a crise, mas as autoridades podem, de qualquer das formas, criar espaço para novas despesas, ao melhorarem a eficiência dos investimentos públicos e a qualidade das compras públicas⁸. Também aqui o investimento na digitalização do Estado poderá constituir um meio relativamente económico de aumentar a eficiência e libertar recursos no médio prazo. As soluções digitais para a gestão das finanças públicas – como sistemas de informação, plataformas de compras públicas e portais sobre a transparência orçamental – costumam desempenhar um papel essencial nos esforços dos países para melhorarem o planeamento e a eficiência orçamentais, bem como para melhorar a relação custo-benefício. Por exemplo, em 2014, a África do Sul eliminou 850 mil beneficiários de subvenções sociais fantasmas e ineficazes e reduziu para metade os custos administrativos somente através da introdução da obrigatoriedade do registo biométrico⁹.

A transparência e a boa governação são fundamentais. A natureza urgente e extraordinária das despesas relacionadas com crises muitas vezes amplia o risco e o custo de oportunidade para o desperdício e a fraude. O aumento da transparência e da prestação de contas pode ajudar a garantir que os fundos limitados estão a auxiliar as pessoas

mais necessitadas¹⁰. Embora as reformas ao nível da governação já constituíssem uma prioridade anterior à crise em muitos países, no contexto do apoio financeiro de emergência da comunidade internacional, muitos também assumiram o compromisso de reforçar as medidas de governação a fim de assegurar a transparência e a prestação de contas sobre as despesas relacionadas com a Covid-19. Por exemplo, no que toca aos países que recebem recursos do FMI, mais de 60% comprometeram-se a publicar informações sobre os concursos públicos, quase 80% comprometeram-se a publicar informações sobre os beneficiários efetivos e *todos os países* comprometeram-se a realizar auditorias à despesa. A implementação está em curso e varia de país para país. Alguns exemplos bem-sucedidos e inovadores incluem as melhorias nas compras públicas (Benim), a transparência em relação aos beneficiários efetivos (Guiné, Maláui, Serra Leoa) e o reforço das auditorias (África do Sul, Quênia, Serra Leoa)¹¹.

Mais espaço para a aplicação de políticas com quadros de política melhorados. Além das medidas específicas do lado da receita e da despesa, as autoridades também podem maximizar o espaço orçamental mediante a melhoria dos seus quadros orçamentais gerais. No contexto de um elevado nível de dívida, um quadro credível a médio prazo que equilibre a necessidade de apoio de políticas de curto prazo com a consolidação a médio prazo poderá ajudar a conter os custos de financiamento e manter a confiança. A este respeito, tendo em conta as extraordinárias circunstâncias da crise, uma suspensão temporária e com prazo definido da aplicação das regras orçamentais da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) parece adequada, desde que os países respeitem o seu compromisso de regressar a posições orçamentais mais sustentáveis quando a crise passar.

⁶ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. “Digitalização na África Subsariana”, Capítulo 3 in *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, Washington, DC, Abril.

⁷ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2019. “Curbing Corruption”, Capítulo 2 in *Fiscal Monitor*, Washington, DC, Abril.

⁸ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2019. *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, Washington, DC, Abril.

⁹ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. “Aperfeiçoar soluções digitais para implementar respostas emergenciais”, Série Especial do FMI sobre a COVID-19, Washington, DC, Junho.

¹⁰ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. “Guardar os recibos: transparência, responsabilidade e legitimidade nas respostas emergenciais”, Série Especial do FMI sobre a COVID-19, Washington, DC, Abril.

¹¹ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. “Keeping the Receipts: One Year On”, Caixa 1.1. em *Fiscal Monitor*, Washington, DC, Abril.

Alívio da dívida. Infelizmente, e em especial na eventualidade de uma pandemia mais prolongada, alguns países poderão ainda assim deparar-se com uma escolha difícil entre as obrigações do serviço da dívida e as despesas de saúde essenciais, o que indicia a necessidade de alguma forma de tratamento da dívida. O FMI já conseguiu proporcionar algum alívio ao abrigo do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT, na sigla em inglês) a 22 países da África Subsaariana. No contexto da crise da Covid-19, o CCRT atualmente visa cobrir dois anos de valor do serviço da dívida ao FMI e tem sido financiado por contribuições dos doadores, incluindo do Japão, do Reino Unido e da União Europeia.

Porém, alguns países poderão precisar de mais assistência. Relativamente aos países com a dívida em níveis sustentáveis mas persistentes necessidades de liquidez (Etiópia), o Quadro Comum do G-20 pode ajudar a coordenar o reescalonamento da dívida. Relativamente aos países com preocupações mais fundamentais quanto à sustentabilidade da dívida, este quadro pode ajudar a coordenar o necessário processo de reestruturação (Chade, Zâmbia). As circunstâncias de cada um destes países são diferentes, mas o Quadro Comum poderá, ainda assim, oferecer um tratamento ajustado às suas necessidades específicas.

Em termos mais gerais, quando o serviço da dívida de um país supera a sua capacidade de pagamento, é do interesse dos credores e dos mutuários da África Subsaariana chegarem rapidamente a acordo sobre as condições para um tratamento adequado da dívida. O Quadro Comum exige que os países devedores participantes procurem tratamento em condições igualmente favoráveis junto de outros credores, incluindo o setor privado.

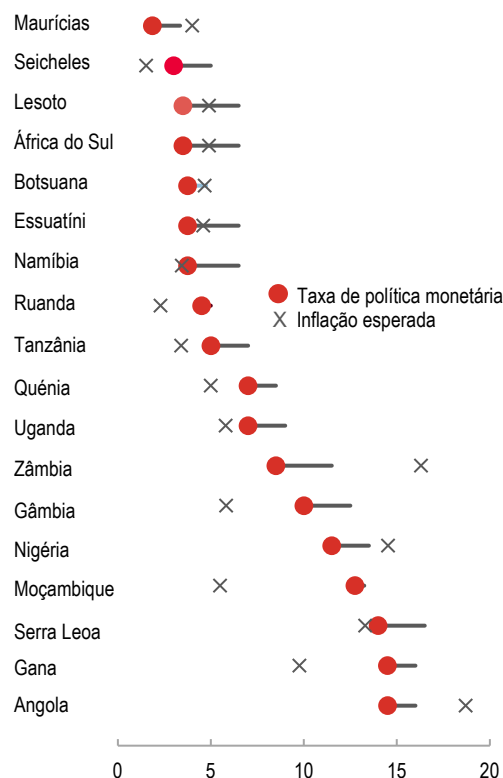
Apoiar a recuperação e, ao mesmo tempo, manter a estabilidade dos preços e externa.

Os bancos centrais têm proporcionado apoio, mas estão muito próximos do limite. Tendo diminuído de um pico na ordem dos dois dígitos em 2017, a inflação na África Subsaariana aumentou de 9,6% em 2019 (em termos homólogos) para 11,1% em 2020, refletindo sobretudo o aumento dos preços dos produtos alimentares (Gana), o impacto da desvalorização (Angola, Zâmbia), assim como uma recuperação dos preços da energia no final do ano. À medida que as economias começam a recuperar e

tendo como pano de fundo o aumento dos preços dos produtos alimentares e das matérias-primas, as autoridades monetárias têm adotado uma postura cada vez mais cautelosa. Após flexibilizar a política em 2020, a maior parte está agora a manter as taxas diretoras inalteradas e algumas (Moçambique, Zâmbia) inverteram alguns dos cortes da taxa diretora realizados no ano transato (Figura 14).

Mas uma maior flexibilização ainda é possível para alguns países. Nos casos em que a pandemia continua a pesar na procura e em que a política orçamental permanece condicionada, a política monetária ainda poderá ter um papel importante no apoio à economia. Uma flexibilização adicional é adequada para os países com inflação baixa, embora a margem para a flexibilização seja um pouco mais limitada para os países com um regime de paridade cambial fixa. No que toca aos países com regimes de câmbio flutuante, a flexibilidade cambial poderá ajudar a amortecer os choques externos, embora possivelmente se justifiquem algumas intervenções para atenuar os ajustamentos desordenados e mitigar os desfasamentos dos balanços. À luz das

Figura 14. África Subsaariana: Variação da taxa de política monetária, dezembro 2019–março 2021 (Em %)



Fontes: Haver Analytics; e FMI, base de dados de *International Financial Statistics*; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

atuais incertezas em torno das futuras condições financeiras mundiais, os países em situação de crise ou na iminência de crises poderão considerar útil a imposição de medidas temporárias de gestão dos fluxos de capitais, incluindo para o reforço da autonomia da política monetária. Mas estas medidas não deverão substituir o necessário ajustamento macroeconómico¹².

Financiamento monetário do défice. Com o aumento das necessidades orçamentais e o limitado financiamento, alguns países da África Subsariana recorreram aos seus bancos centrais em 2020 para ajudar a financiar as despesas decorrentes da crise (Gana, Maurícias, Nigéria, República Democrática do Congo, Sudão do Sul, Uganda). Se a pandemia subsistir, alguns poderão não ter outra escolha que não recorrer a esta fonte de financiamento novamente. O crédito direto do banco central ao governo pode prejudicar a eficácia a longo prazo do banco central e comprometer os esforços de contenção da inflação, com potenciais custos a longo prazo para os segmentos mais vulneráveis da população. Contudo, em circunstâncias extraordinárias, poderá simplesmente ser impossível obter financiamento suficiente junto de outra fonte. Os países deverão utilizar este financiamento apenas como **último recurso**, e se o fizerem, somente em condições de mercado, por tempo limitado e com um plano de reembolso explícito a médio prazo. A monetização reiterada desancoraria as expectativas em torno da inflação e acentuaria as pressões sobre a moeda (Zimbabuê).

Apoiar o crédito à economia e, ao mesmo tempo, manter a estabilidade financeira.

Os indicadores de estabilidade financeira não exibiram muita variação. Contudo, quanto mais tempo a pandemia se prolongar, mais mutuários poderão ficar numa situação precária, com implicações possivelmente significativas para o crédito malparado, a solvência bancária e a execução das garantias públicas. Até agora, os indicadores de solidez financeira não sugerem nenhuma grande

deterioração na saúde do sistema financeiro, em parte graças ao apoio excecional prestado pelas autoridades locais. Para os países relativamente aos quais estão disponíveis dados, o rácio médio do crédito malparado registou apenas uma subida moderada de 7,2% no final de 2019 para 8,3% em outubro de 2020, ainda inferior ao nível verificado em 2018. Da mesma forma, os rácios de adequação dos fundos próprios diminuíram apenas marginalmente, de 17,6% para 17,4% na região. As autoridades monetárias em muitos países autorizaram, acertadamente, os bancos a utilizarem as suas reservas de capital contracíclico para ajudar a lidar com a crise (Botsuana, países da Comunidade Económica e Monetária da África Central [CEMAC], Gana, Namíbia) ou prolongaram a transição para os Princípios Fundamentais de Basileia ou os requisitos prudenciais da IFRS9 (Lesoto, UEMOA, Uganda, Zâmbia). Em contrapartida, porém, também restringiram os pagamentos de dividendos para ajudar a reforçar as posições de fundos próprios dos bancos (África do Sul, Benim, países da CEMAC, Guiné, Lesoto, Ruanda, UEMOA, Uganda)¹³.

O pleno impacto da crise ainda não se fez sentir. A moratória regulamentar talvez tenha impedido que diversos empréstimos inviáveis fossem devidamente captados nos indicadores de solidez financeira existentes¹⁴, e em alguns países esta moratória deverá terminar em 2021 (Botsuana, Cabo Verde, países da CEMAC). Da mesma forma, a crise recente aumentou as exposições dos bancos ao Estado em muitos países – em média, o crédito ao governo cresceu cerca de 3% do PIB, quase o dobro do crescimento do crédito ao setor privado, que foi de 1,5% do PIB.

Em termos prospetivos, será importante que os bancos e as autoridades de supervisão tenham um retrato fiel da saúde do sistema financeiro, incluindo uma classificação adequada dos empréstimos e um aprovisionamento que reflita as potenciais perdas, bem como uma projeção realista dos défices de fundos próprios e das necessidades

¹² Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. “Toward an Integrated Policy Framework”, IMF Policy Paper PR20/307, Washington, DC, Setembro.

¹³ Em fevereiro de 2021, a África do Sul autorizou o pagamento prudente de dividendos, tendo em conta as condições atuais e a potencial incerteza futura.

¹⁴ Ver Carmen Reinhart. Banco Mundial. 2021. “The Quiet Financial Crisis”, *Let's Talk Development* (blog), Banco Mundial, 7 de janeiro de 2021, <https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/quiet-financial-crisis>

de recapitalização¹⁵. O reconhecimento precoce dos potenciais problemas é importante, pelo que poderá justificar-se procedimentos aprimorados de supervisão (países da CEMAC), incluindo uma avaliação baseada nos riscos dos bancos e dos ativos que apresentavam fragilidades antes da crise. Conforme as economias recuperam, as medidas relacionadas com a crise deverão ser retiradas de forma lenta, deliberada e transparente, substituindo intervenções generalizadas por medidas mais direcionadas e com duração limitada¹⁶. Uma moratória prolongada ou a flexibilização das normas contabilísticas iriam simplesmente mascarar o verdadeiro estado do sistema financeiro e exacerbar as perdas futuras, possivelmente prejudicando a saúde e a estabilidade do sistema financeiro, bem como a capacidade do setor privado para apoiar o crescimento a longo prazo¹⁷.

CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR: APROVEITAR AO MÁXIMO O POTENCIAL DE ÁFRICA

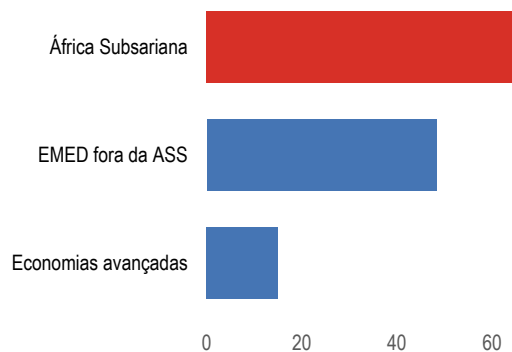
Uma pandemia prolongada está a deixar sequelas duradouras...

Na África Subsaariana, calcula-se que o emprego terá recuado cerca de 8,5% em 2020, mais de 32 milhões de pessoas caíram na pobreza extrema e as perturbações na educação comprometeram as perspetivas de toda uma geração de crianças em idade escolar. Além disso, uma grande proporção dos trabalhadores mais marginalizados em África está concentrada nos setores mais severamente afetados da região (como o comércio por grosso e a retalho, a restauração e a hotelaria, o turismo e os transportes). As mulheres costumam estar sobrerrepresentadas nestes setores, agravando a carga que muitas enfrentam devido ao encerramento das escolas e ao trabalho doméstico não remunerado; a sua exposição decorre do papel frequente que desempenham como cuidadoras e profissionais de saúde.

Progressos de desenvolvimento travados. Ao anular muitos dos ganhos da última década, a pandemia afetou de forma particularmente severa os pobres da região, colocando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 2030 fora do alcance da maioria dos países¹⁸.

Educação perturbada. As medidas de confinamento durante a pandemia impediram muitas das crianças da região de frequentarem a escola, o que constitui um motivo de especial preocupação. O Banco Mundial calcula que, globalmente, mais de 90% de todos os estudantes sofreram perturbações na sua educação devido à pandemia. Neste contexto, o ensino à distância está fora do alcance da maioria das crianças na África Subsaariana, pelo que as consequências da pandemia têm sido especialmente duras na região (Figura 15). As estimativas sugerem que o encerramento das escolas na África Subsaariana custará perto de 500 mil milhões de USD em rendimentos futuros, ou quase 7 mil USD por criança¹⁹. E perante a possibilidade de taxas de abandono escolar ainda cada vez maiores, alguns

Figura 15. Regiões selecionadas: Perdas de aprendizagem por causa da Covid-19, 2020
(Perda de instrução em dias, média)



Fontes: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; Fundo das Nações Unidas para a Infância; e Banco Mundial, inquérito sobre as respostas nacionais ao encerramento das escolas por causa da Covid-19, segunda ronda (2020).

Nota: EMED fora da ASS = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento fora da África Subsaariana.

¹⁵ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. "Macro Financial Considerations for Assessing the Impact of the COVID-19 Pandemic", Série Especial do FMI sobre a COVID-19, Washington, DC, Junho.

¹⁶ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2021. "Unwinding COVID-19 Policy Interventions for Banking Systems", Série Especial do FMI sobre a COVID-19, Washington, DC, Março.

¹⁷ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. "Banking Sector Regulatory and Supervisory Response to Deal with Coronavirus Impact (with Q and A)", Série Especial do FMI sobre a COVID-19, Washington, DC, Maio.

¹⁸ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2021. "A Post-Pandemic Assessment of the Sustainable Development Goals", IMF Staff Discussion Note, Washington, DC, Março.

¹⁹ João Pedro Azevedo *et al.* 2020. "Simulating the Potential Impacts of COVID-19 School Closures on Schooling and Learning Outcomes: A Set of Global Estimates", World Bank Policy Research Working Paper, 9284, Washington, DC, Junho.

países não tiveram outra opção que não reabrir as escolas, mesmo tendo em conta os possíveis riscos de infeção.

Menor investimento e capital físico. Da mesma forma, é provável que se tenha registado uma desvalorização acelerada do capital físico como resultado da pandemia, especialmente nos setores com elevada intensidade de capital (por exemplo, os transportes aéreos) ou outros que lutam para lidar com a queda acentuada da procura. Olhando para o futuro, caso a pandemia subsista, o investimento poderá manter-se em níveis reduzidos como resultado da incerteza presente, e importantes projetos de infraestruturas públicas poderão ser adiados.

Em geral, existe um potencial significativo de sequelas tendo em conta a deterioração do capital humano e físico. De facto, a atual projeção do cenário de base para a África Subsariana inclui um nível mínimo de crescimento de recuperação, o que sugere que a perda de rendimento *per capita* da região será provavelmente prolongada, se não mesmo permanente.

...resultando num fosso crescente.

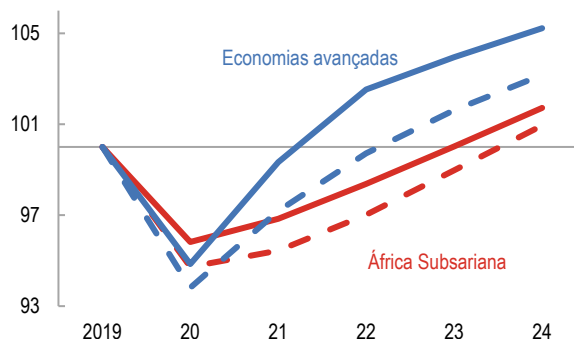
As consequências da pandemia não só provocaram uma quebra de rendimentos, como alargaram o fosso entre a África Subsariana e as economias avançadas mais abastadas do mundo. Após o choque no início de 2020, e tendo em conta a recuperação desigual no primeiro semestre do ano, estima-se que o fosso entre o PIB *per capita* da região e o das economias avançadas aumentará em 2021, e deverá alargar-se ainda mais em 2022, interrompendo a anterior trajetória de convergência da região (Figura 16).

São necessárias reformas ousadas e transformadoras para aproveitar o potencial de África.

Uma abordagem estratégica à reforma. A curto prazo, com recursos limitados, as prioridades de reformas das autoridades terão de ser mais direcionadas, com um enfoque acrescido em reformas ousadas que reforcem a resiliência a choques futuros e que enfatizem os setores com o melhor retorno em termos de crescimento e emprego.

Figura 16. Regiões selecionadas: PIB real per capita, 2020–24

(Índice 2019 = 100)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: As linhas tracejadas indicam as projeções de outubro de 2020.

Todos os anos na África Subsariana, 20 milhões de pessoas à procura de emprego entram no mercado de trabalho. No curto prazo, proporcionar oportunidades de emprego a estes jovens é porventura um dos desafios de política mais prementes na região. Contudo, a longo prazo, poderá ser um dos seus maiores pontos fortes. Atualmente, a África Subsariana representa 14% da **população em idade ativa** a nível mundial, mas nos próximos 10 a 15 anos, o contributo da África Subsariana para o crescimento da força de trabalho global superará o do resto do mundo tomado em conjunto. Com as políticas certas em vigor, a integração da força de trabalho da região na economia global mais alargada poderá trazer benefícios sem precedentes.

Todas as semanas na África Subsariana, as economias da região exportam cerca de 6,5 mil milhões de USD em bens, mas apenas cerca de um quinto dessas exportações destina-se a outros países subsarianos. No seguimento das perturbações das cadeias de valor globais provocadas pela pandemia, uma das perspetivas mais promissoras da região decorre da nova **Zona de Comércio Livre Continental de África (ZCLCA)** – um potencial mercado de 1,3 mil milhões de pessoas com um PIB combinado de quase 3,5 biliões de USD.

Todos os dias na África Subsariana, mais de 90 mil novos utilizadores ligam-se à Internet pela primeira vez. A nível mundial, a difusão das **tecnologias digitais** promete criar novas oportunidades para o progresso e a inclusão, sendo que a pandemia acelerou significativamente esta tendência global.

Saber aproveitar o investimento privado.

Um ambiente mais favorável ao investimento.

Para evitar que o continente fique ainda mais para trás, as autoridades na África Subsaariana devem renovar os seus esforços de reforma para melhorar o ambiente de negócios na região e atrair mais investimento privado. Há muito que se reconhece a necessidade destas reformas, incluindo melhorar a concorrência nos mercados, eliminar os principais estrangulamentos (como eletricidade pouco fiável), criar condições equitativas para as empresas públicas e privadas, alinhar o tratamento das empresas nos setores formal e informal, reduzir a burocracia, melhorar a governação e alargar a inclusão financeira. Contudo, considerando os custos económicos e humanos da crise, assim como a necessidade de minimizar as sequelas futuras, estas reformas são agora mais urgentes do que nunca.

Políticas para apoiar as pessoas.

Há muito que **redes de proteção social mais fortes** constituem um desafio técnico e orçamental para a região, especialmente tendo em conta a dimensão do setor informal. Mas a pandemia evidenciou a importância de se canalizar apoio, de forma rápida e eficiente, para os mais necessitados. Vários países alargaram o alcance e a capacidade de resposta das suas iniciativas de proteção social através da utilização, de forma inovadora e económica, do dinheiro móvel, das transferências eletrónicas de dinheiro e do atendimento virtual²⁰.

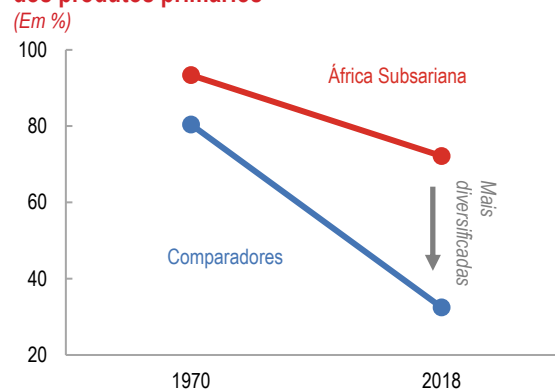
Em termos prospetivos, será importante aproveitar estas iniciativas para robustecer ainda mais as redes de segurança da região. Este esforço deve resultar de uma estratégia de rede de proteção social bem orientada, que defina claramente as populações-alvo e os mecanismos de execução, passível de ser expandida rapidamente como resposta a choques económicos ou reformas. Deve também ser acompanhado de uma estratégia credível de reforço da capacidade de geração de receitas internas para não asfixiar outras despesas prioritárias.

Políticas para promover a resiliência.

Mais resiliência exige mais diversificação. Tal é particularmente evidente a partir do desempenho relativamente fraco dos países dependentes do petróleo da região – os rendimentos *per capita* dos produtores de petróleo deverão diminuir novamente em 2021 e não se espera que regressem aos níveis anteriores à Covid-19 dentro do horizonte de previsão. Tendo em conta a queda do preço das fontes de energia mais verdes, a aceleração da adoção de veículos elétricos a nível global e o esforço mundial para combater as alterações climáticas, os produtores petrolíferos devem intensificar os esforços para desenvolver setores de exportação alternativos²¹. Verifica-se uma necessidade similar para muitos outros países, dado que a África Subsaariana está atrasada em relação a outras regiões em termos de volumes, qualidade e complexidade das exportações – a região ainda é relativamente dependente de produtos primários menos sofisticados face a países de outras regiões com os mesmos níveis de rendimento (Figura 17)²².

No seu âmago, a diversificação implica a realocação de recursos de uma atividade para outra, e as autoridades podem desempenhar um papel mais deliberado e proativo na aceleração deste processo.

Figura 17. Regiões selecionadas: Quota de exportação dos produtos primários



Fontes: Nações Unidas, base de dados Comtrade; e cálculos do corpo técnico do FMI.

²⁰ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsaariana*, Washington, DC, Outubro.

²¹ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2021. "Sub-Saharan African Oil Exporters: The Future of Oil and the Imperative of Diversification", Série Especial do FMI sobre a COVID-19, Washington, DC, Fevereiro.

²² Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2017. Capítulo 3 in *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsaariana*, Washington, DC, outubro.

Tal poderá exigir uma mudança nas atuais estratégias de diversificação a fim de acomodar melhor os contornos de uma nova economia global pós-Covid-19, lançando as bases para uma recuperação mais rápida e inteligente. Uma abordagem direcionada também poderá revelar-se útil para assegurar que a recuperação da região é coerente com as metas de crescimento verde e resiliência climática das autoridades²³. Neste contexto, as reformas deverão suprir as falhas de mercado e de governo através de uma “orientação setorial inteligente e alargada”. Esta abordagem não se concentra em empresas específicas, ao invés, incide sobre setores promissores, solucionando os principais estrangulamentos (desfasamento de competências, fraca regulamentação, falta de concorrência, falhas de coordenação, assimetrias da informação, etc.)²⁴.

As prioridades detalhadas de tal abordagem centrada em setores específicos dependerão das circunstâncias do país: por exemplo, a eliminação das barreiras pautais e dos controlos sobre as taxas de juro poderão ser essenciais para impulsionar a produtividade agrícola, enquanto as reformas do setor financeiro, a liberalização do investimento direto estrangeiro e a melhoria das estradas poderão ser mais relevantes para a indústria. Relativamente aos serviços, a liberalização das indústrias de rede, como as telecomunicações, poderá ser vital²⁵. As agências de promoção das exportações e do investimento também poderão ser úteis ao canalizar os recursos rapidamente para onde são mais necessários.

Não há como negar que as políticas centradas em determinados setores apresentam um historial misto de sucesso, pelo que a prestação de contas, a transparência e a concorrência a nível nacional e internacional são fundamentais (Caixa 4). As políticas devem evitar os erros do passado, como uma onerosa e ineficaz substituição das importações, que só agrava a dependência da economia de insumos críticos enquanto assegura rendas para monopólios bem relacionados.

Mais diversificação exige mais comércio. O comércio ao abrigo da ZCLCA estava inicialmente previsto para se iniciar em meados de 2020, mas foi adiado para janeiro de 2021 devido à pandemia. Noutras regiões, a integração comercial impulsionou o desenvolvimento regional, gerando economias de escala, melhorando a produtividade e fomentando a transformação estrutural através de novos produtos e cadeias de abastecimento regionais. Na África Subsariana, as oportunidades de expansão do comércio intrarregional são especialmente assinaláveis para algumas matérias-primas e produtos manufaturados relacionados com a agricultura, assim como para algumas comunidades económicas sub-regionais que comercializam significativamente menos do que as suas homólogas²⁶. Um quadro de integração comercial eficaz não só diminuiria a vulnerabilidade de África a perturbações globais, como também reforçaria a competitividade regional, atrairia investimento estrangeiro e promoveria a segurança alimentar.

Políticas para colmatar o fosso digital.

A África Subsariana ainda tem um longo caminho a percorrer para colmatar o fosso digital face às economias mais ricas do mundo, mas, de qualquer das formas, o **dinamismo e o potencial** da região são notáveis – em termos de conectividade, alguns países são líderes globais no seu grupo de rendimentos (Cabo Verde, Gana, Ruanda, Seicheles) e África está rapidamente a tornar-se num epicentro global para aplicações de dinheiro móvel (Figura 18).

Em termos prospetivos, o aproveitamento da revolução digital iria reforçar a resiliência e eficiência da região, expandir o acesso aos mercados globais, melhorar a prestação dos serviços, incrementar a transparência e prestação de contas, bem como fomentar a criação de novos empregos. Este último aspeto será especialmente importante no contexto da integração do comércio regional porque o quadro da ZCLCA possivelmente alargará a margem para um aumento do comércio de serviços e do comércio eletrónico.

²³ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. “Adaptação às Alterações Climáticas na África Subsariana”. Capítulo 2 in *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, Washington, DC, Abril.

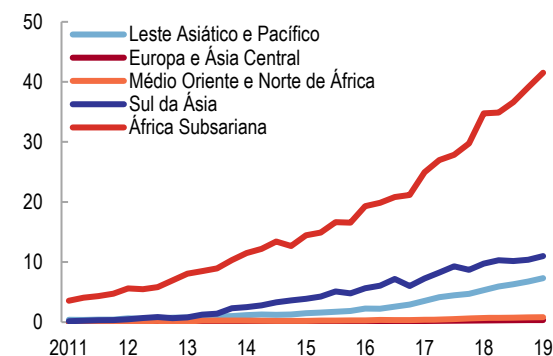
²⁴ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). “Industrial Policy for Growth and Diversification: A Conceptual Framework”, Série Especial do FMI sobre a COVID-19, Washington, DC, no prelo.

²⁵ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2014. “Sustaining Long-Run Growth and Macroeconomic Stability in Low Income Countries: The Role of Structural Transformation and Diversification”, IMF Policy Paper, Washington, DC, Março.

²⁶ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2019. Capítulo 3 in *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, Washington, DC, Outubro.

Figura 18. Regiões selecionadas: Valor das transações de dinheiro móvel, 2012–19

(Mil milhões de USD)



Fonte: GSMA, Global Mobile Money Dataset.

CONSTRUIR EM CONJUNTO: SOLIDARIEDADE E ENVOLVIMENTO INOVADOR POR PARTE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Combater uma pandemia global num mundo interligado. As perspetivas a curto prazo da região dependem essencialmente da evolução da pandemia, o que, por sua vez, depende da distribuição de uma vacina eficaz a preços acessíveis. Contudo, garantir a cobertura das vacinas na África Subsaariana não é simplesmente uma questão relevante para os meios de subsistência *locais* e para o crescimento *local*. Uma ampla cobertura regional constitui também um bem público *mundial*. Quanto mais tempo passar sem que uma grande parte da população mundial seja vacinada, maior será a possibilidade de surgimento de novas variantes do vírus, o que aumenta as chances de uma pandemia mais prolongada em toda parte.

Acesso acelerado às vacinas. É inegável que os custos de uma distribuição global desigual que descure África recairão, principalmente, sobre os países africanos mais pobres e, em especial, sobre as pessoas mais vulneráveis desses países. Mas para qualquer país, onde quer que seja, a recuperação mais duradoura da crise atual exigirá um esforço cooperativo de todos. Há que evitar as restrições à distribuição internacional das vacinas ou de equipamentos médicos; os

instrumentos multilaterais como a COVAX devem ser completamente financiados, e devem ser estabelecidos canais para garantir que as doses excedentes nos países ricos são redistribuídas rapidamente²⁷.

Alívio das restrições de financiamento. Para garantir uma recuperação robusta e reconquistar o terreno perdido durante a crise, os países de baixos rendimentos da África Subsaariana deparam-se com necessidades adicionais de financiamento externo de 245 mil milhões de USD ao longo de 2021–25 para ajudar a reforçar os gastos em resposta à pandemia e acelerar a convergência de rendimentos²⁸. O montante correspondente para o conjunto da África Subsaariana é de 425 mil milhões de USD. Estes temas serão debatidos na próxima Cimeira Internacional de Alto Nível sobre Financiamento para África.

O FMI avançou prontamente em 2020 para ajudar a cobrir uma parte significativa das necessidades de financiamento de emergência da região e catalisar o apoio adicional por parte da comunidade internacional, concedendo empréstimos ao abrigo da Linha de Crédito Rápido e do Instrumento de Financiamento Rápido, aumentando o acesso no contexto dos acordos existentes e concedendo alívio do serviço da dívida aos seus países membros mais vulneráveis através do CCRT.

Contudo, perspetivando o futuro, muitos países estão a aproximar-se dos respetivos limites de acesso relevantes. O FMI aumentou temporariamente os limites anuais e autorizou desembolsos mais frequentes ao abrigo da Linha de Crédito Rápido, permitindo que os países membros obtivessem mais apoio financeiro durante este período excecional. Além disso, o FMI expandiu o CCRT, concedendo alívio da dívida baseado em donativos para os seus países membros mais vulneráveis durante mais seis meses, até outubro de 2021, e procurando apoio para conceder alívio do serviço da dívida por um período de dois anos completos, até abril de 2022. Mas à medida que a pandemia global abrandar, a assistência financeira provirá cada vez mais de acordos ao abrigo de programas apoiados pelo FMI e não tanto por meio de apoio de emergência da

²⁷ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). 2021. “Trade in Medical Goods: Challenges and a Way Forward for Sub-Saharan Africa: An Update”, Série Especial do FMI sobre a COVID-19, Washington, DC, no prelo.

²⁸ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). Macroeconomic Developments and Prospects in Low-Income Developing Countries, Policy Paper, Washington, DC, no prelo.

instituição. Neste contexto, o FMI também procura mais apoio junto dos doadores para expandir o seu crédito concessional aos países de baixos rendimentos no âmbito do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT, na sigla em inglês).

Em termos mais gerais, o aumento dos donativos e empréstimos concessionais bilaterais continuará a ser crucial para a região, especialmente para os Estados de baixos rendimentos e frágeis. Há muito que o apoio dos doadores sem impacto na dívida é uma componente importante da agenda dos ODS; por isso, conseguir que, de forma gradual, o apoio dos doadores retorne à meta da ONU de assistência oficial ao desenvolvimento de 0,7% do rendimento nacional bruto constituiria um passo significativo para a realização dos ODS.

Além disso, uma nova alocação geral de direitos de saque especiais (DSE) fortaleceria a resposta à crise na região, ao reforçar rapidamente as reservas de todos os países membros de uma forma transparente e responsável. É cada vez maior o apoio a uma alocação de DSE de cerca de 450 mil milhões de DSE (650 mil milhões de USD) que iria proporcionar 23 mil milhões de USD para a África Subsariana – um montante considerável face à previsão de 4–5 mil milhões de USD em apoio no âmbito de programas do FMI em 2021. Seria igualmente muito bem-vindo um outro mecanismo para permitir que os países membros mais ricos concedam empréstimos de retrocessão de parte dos seus DSE aos países de baixo rendimento, dado que tal alargaria de forma significativa o conjunto de recursos concessionais disponíveis.

Mobilização de financiamento privado. O desenvolvimento dos mercados locais de títulos públicos ajudaria a proporcionar uma fonte segura e estável de financiamento interno, sobretudo para os países de baixo rendimento com acesso limitado ou nenhum acesso ao mercado financeiro internacional²⁹. Mas as restrições de financiamento herdadas desta crise também poderão constituir uma valiosa oportunidade para encontrar abordagens inovadoras em matéria de *novas* fontes de financiamento, sobretudo em vista da magnitude

do investimento necessário. Para financiar o investimento em infraestruturas, por exemplo, muitas autoridades já estão a procurar reforçar o impacto dos seus próprios recursos ao aumentar a participação em parcerias público-privadas. O historial destas parcerias na África Subsariana teve altos e baixos, mas as autoridades podem melhorar a viabilidade de propostas futuras assegurando uma governação forte dos investimentos públicos, sobretudo aquando da preparação e avaliação dos possíveis projetos³⁰.

Para além dos recursos das autoridades locais, o financiamento externo oficial também poderia ser usado para ajudar a atrair financiamento do setor privado para projetos a longo prazo na região. O financiamento misto, por exemplo, usa donativos internacionais ou outros recursos concessionais para aumentar a rentabilidade ajustada pelo risco dos projetos privados, assim ajudando a mobilizar mais recursos privados.

Uma outra fonte poderia ser o recurso a veículos de investimento comuns regionais baseados em capitais próprios – capitalizados pelos doadores – que poderiam ser mobilizados para (co)financiar projetos de infraestruturas. Em última análise, a utilização de opções inovadoras de financiamento poderá proporcionar a indispensável flexibilidade e uma boa relação risco-recompensa para os investidores, o que contribuiria para desbloquear o tão necessário financiamento social e de desenvolvimento na região.

²⁹ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, Guidance Note for Developing Government Local Currency Bond Markets, Março de 2021.

³⁰ Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). “Private Finance for Development: Wishful Thinking or Thinking Out of the Box?” IMF African Department Paper, Washington, DC, no prelo.

Caixa 1. Aproveitar as condições favoráveis do mercado para melhorar o perfil de reembolso da dívida

Após uma pausa no início de 2020, os mercados internacionais de capitais reabriram-se para os países da África Subsariana. A Côte d'Ivoire e o Benim colocaram com sucesso cerca de 3,5 mil milhões de USD em Eurobonds de longo prazo (12 a 31 anos) a taxas de juro de cerca de 5–7%, e Gana emitiu 3 mil milhões de USD a taxas de juro de 6–9%. Todos os países usaram parte das verbas para recomprar Eurobonds existentes e, assim, alisar os perfis da maturidade das suas Eurobonds ao longo dos próximos anos. Em geral, os mercados esperam que a emissão de dívida soberana da África Subsariana recupere para um valor próximo dos 15 mil milhões de USD em 2021, impulsionada por países como África do Sul, Gana e Nigéria.

As economias de mercados de fronteira da região poderiam seguir esse exemplo, e usar novas emissões para proceder à recompra das Eurobonds existentes e alisar o perfil de reembolso da sua dívida. As Eurobonds que vencem em 2021–23 ascendem a cerca de 1–2 mil milhões de USD por ano, mas esta cifra aumentará para cerca de 8 mil milhões de USD em 2024 e 2025. Como parte dos seus esforços de gestão da dívida, os países poderiam aproveitar as condições favoráveis do mercado para pré-financiar ou recomprar esta dívida, substituindo-a por novos instrumentos com maiores maturidades e a menores taxas de juro. Contudo, os países devem monitorizar cuidadosamente os seus riscos cambiais e a exposição a grandes credores.

Os países de mercados de fronteira também poderiam tirar proveito das condições de mercado favoráveis para ajudar a cobrir as necessidades de resposta à Covid-19, reforçar as reservas internacionais e financiar investimentos prioritários. Manter a estabilidade macroeconómica no curto prazo e garantir um crescimento robusto a longo prazo são dois elementos cruciais para a sustentabilidade da dívida. Numa altura em que as taxas diretoras nas economias avançadas estão próximas a zero, a contração de empréstimos de forma prudente, para financiar investimentos públicos porém sem piorar a dinâmica da dívida, poderá impulsionar o crescimento e baixar o prémio de risco dos países, desde que o

retorno sobre o investimento seja suficientemente elevado e que conduza à maior mobilização de receitas internas. O aumento do investimento poderá também contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

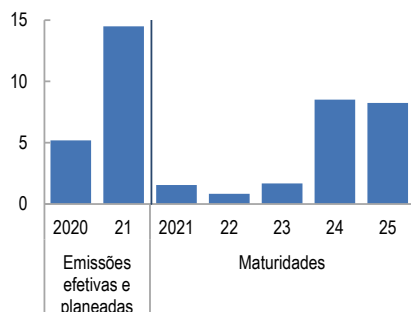
Se as taxas de juro nas economias avançadas continuarem baixas, as condições para a sustentabilidade da dívida para os países com acesso ao mercado merecem um reexame atento. No caso dos Estados Unidos – um emitente de moeda de reserva que beneficia de mercados vastos e líquidos e um prémio de risco do país muito baixo – o antigo economista-chefe do FMI, Olivier Blanchard, mostrou que um desfaseamento prolongado entre a taxa de crescimento do PIB e as taxas de juro significa que a dívida pública poderá não ter qualquer custo orçamental (Blanchard 2019). Para as economias em desenvolvimento, Escolano *et al.* (2017) documentaram diferenciais analogamente grandes e negativos entre as taxas de juro e o crescimento, refletindo sobretudo taxas de juro reais negativas nestes países. Contudo, é provável que o prémio de risco desses países seja bastante mais sensível aos níveis e à vulnerabilidade da dívida.

Na África Subsariana, na ausência de choques agudos, a maioria dos países regista um diferencial negativo entre a taxa de juro e o crescimento. A diferença entre a taxa de juro efetiva aplicada à dívida pública e a taxa de crescimento do PIB foi, em média, –3% em 2019 (ver Eyraud e Yenice 2019). O diferencial entre a taxa de juro e a taxa de crescimento registou uma inversão abrupta em 2020, mas nas projeções do cenário de base, prevê-se que o diferencial para a maioria dos países regresse a terreno negativo ao longo do horizonte de projeção. Para os países da África Subsariana, a título individual, o diferencial variou bastante; por exemplo, de –25% a +17% em 2020, face a –25% a +5% em 2018. Contudo, mesmo no caso de países com um diferencial favorável entre as taxas de juro e o crescimento, muitos registaram um crescimento constante da dívida ao longo da última década, o que reflete, em grande medida, o aumento dos défices orçamentais e, em alguns casos, a desvalorização da moeda.

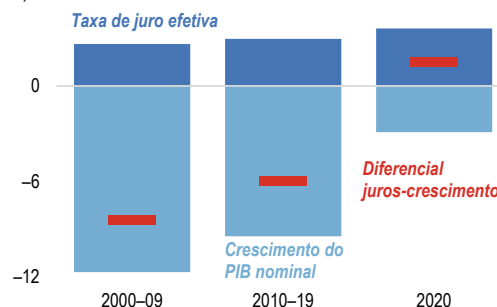
Blanchard, Olivier. 2019. “Public Debt and Low Interest Rates”, *American Economic Review*, 109(4): 1197-1229.

Escolano, Julio, Anna Shabunina e Jaejoon Woo. 2017. “The Puzzle of Persistently Negative Interest-Growth Differentials: Financial Repression or Income Catch-Up?” *Fiscal Studies*, 38 (2): 179-217.

Eyraud, Luc e Mustafa Yenice. 2019. “Favorable Interest Rate-Growth Differential and Why Fiscal Deficits Still Matter for Low-Income Countries”, special feature in *Sub-Saharan Africa: Debt Monitor*, Abril.

Caixa 1, conclusão**Figura 1.1. África Subsariana: Emissões e maturidades de Eurobonds, 2020–25**
(Mil milhões de USD)

Fonte: Bloomberg Finance L.P.

Figura 1.2. África Subsariana: Decomposição do diferencial juros-crescimento
(Em %)Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.**Caixa 2. Aquisição, distribuição, custo e financiamento das vacinas**

Os esforços globais de vacinação constituirão um grande desafio. Em menos de 12 meses, o desenvolvimento com êxito de uma variedade de vacinas eficazes contra a Covid-19 tem sido notável. Várias já foram autorizadas para utilização. Mas não será fácil vacinar grande parte da população mundial, dado que as autoridades enfrentarão escassez da oferta, assim como desafios em termos de alocação, financiamento e logística.

Poderá ser difícil aumentar a produção de vacinas. A produção mundial das vacinas aprovadas deverá atingir as 11 mil milhões de doses em 2021, o que é suficiente para cobrir a população adulta na maioria dos países. Contudo, embora representem apenas 15% da população mundial, as economias avançadas adquiriram mais de 70% de todas as doses disponíveis, limitando a disponibilidade para muitos países de baixos rendimentos. Esta escassez da oferta poderá ser atenuada mediante o aproveitamento da capacidade de produção dos países de rendimento médio através de acordos de transferência tecnológica. Por exemplo, a Aspen Pharmacare na África do Sul começará a fornecer a vacina da Johnson & Johnson em junho de 2021. Contudo, até ao momento, a proposta alargada da Índia e da África do Sul, apoiada pela União Africana, com vista à suspensão temporária das regras de propriedade intelectual relacionadas com a Covid-19 – para possibilitar a produção local nos países mais pobres – não conseguiu obter apoio generalizado.

As autoridades da África Subsariana dependem principalmente de dois mecanismos de aquisição. A iniciativa COVAX para o acesso global a vacinas contra a Covid-19 – constituída em abril de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Coalizão para Inovações para a Preparação contra Epidemias (Cepi) e a Aliança para as Vacinas (Gavi) – é uma iniciativa de compra agrupada que visa proporcionar a todos os países acesso equitativo a um conjunto diversificado de vacinas a preços relativamente baixos (cerca de 11 USD por dose para os países de rendimento elevado com “financiamento próprio” e cerca de 2 USD por dose para 92 países de rendimento médio e baixo, subsidiados por meio de assistência oficial ao desenvolvimento). A COVAX chegou a acordo com os fabricantes para a aquisição de cerca de 2,5 mil milhões de doses, uma quantidade suficiente para vacinar 20% da população dos países participantes. Para apoiar este esforço, a União Africana lançou a sua própria iniciativa – Grupo de Trabalho para a Aquisição de Vacinas em África – que garantiu mais 1,1 mil milhões de doses. Mas muitas das vacinas adquiridas pela COVAX e pela União Africana poderão não estar imediatamente disponíveis devido a requisitos regulamentares. Além da COVAX e União Africana, alguns países (por exemplo, África do Sul, Uganda e Zimbabué) adquiriram vacinas de forma independente, enquanto outros (por exemplo, Quênia, Maurícias e Seicheles) receberam donativos da China, Índia e Emirados Árabes

Caixa 2, conclusão

Unidos. No entanto, a campanha de vacinação na África Subsaariana tem sido relativamente lenta (Tabela 2.1) e subsiste uma grande incerteza sobre quando é que será viável que os países possam vacinar 60% das suas populações.

Poderá ser necessário financiamento considerável. Para a maioria dos países na região, o custo total da vacinação de 60% da população será bastante expressivo – um aumento de até 50% nos seus atuais gastos com a saúde e, em vários países, excederá os 2% do PIB. A maioria espera receber donativos e financiamento concessional (por exemplo, do Banco Mundial) para cobrir os custos de vacinação, enquanto outros tencionam financiar estes custos com os orçamentos nacionais ou através da emissão de dívida pública. Além disso, o Banco Africano de Exportação e Importação criou um mecanismo de pagamento em prestações para facilitar as compras por parte dos Estados-membros da União Africana, concedendo garantias de até 2 mil milhões de USD.

Em paralelo, os desafios logísticos e administrativos também são potencialmente enormes. Uma distribuição sem sobressaltos exigirá infraestruturas robustas de gestão das informações e armazenamento das vacinas. Alguns países não possuem registos de vacinação, enquanto outros necessitam de mais sistemas de armazenamento e entrega de vacinas, bem como de gestão de resíduos para gerir um programa de vacinação com a escala necessária. Por exemplo, vários países da África Subsaariana já possuem instalações de armazenamento ultrafrias no seguimento da epidemia do ébola em 2013–14, mas estas são pura e simplesmente insuficientes para lidar com os volumes necessários para a campanha de vacinação

Tabela 2.1. África Subsaariana: Aquisição, doação, entrega e distribuição de vacinas

(Milhares de doses, até 31 de março de 2021)

| | Adquiridas/ selecionadas | Doadas | Entregues pela COVAX | Administradas |
|----------------|-----------------------------|--------------|-------------------------|---------------|
| África do Sul | 52.500 | | | 264 |
| Angola | | | 624 | 131 |
| Congo, R.D. do | | 100 | 1.716 | |
| Côte d'Ivoire | 100 | 50 | 504 | 40 |
| Etiópia | | 300 | 2.184 | |
| Gana | 2 | 215 | 600 | 500 |
| Maláui | | 50 | 360 | 134 |
| Maurícias | 300 | 100 | 24 | 4 |
| Nigéria | | 400 | 3.924 | 718 |
| Quênia | | 100 | 1.020 | 162 |
| Ruanda | | 50 | 343 | 349 |
| Seicheles | | 100 | | 101 |
| Senegal | 200 | 25 | 324 | 261 |
| Uganda | 18.000 | 100 | 864 | 81 |
| Zimbabué | 1.800 | 400 | | 92 |
| Outros países | | 1.660 | 1.566 | 202 |
| Total | 72.902 | 3.650 | 14.053 | 3.039 |

Fontes: UNICEF COVID-19 Vaccine Market Dashboard; Our World in Data; e cálculos do corpo técnico do FMI.

da Covid-19. As vacinas de dose única que podem ser mantidas em condições de refrigeração ou à temperatura ambiente simplificariam grandemente os desafios logísticos e administrativos da região. As avaliações da OMS sugerem que o grau de preparação é muito variável: o Botsuana, Ruanda e Moçambique, por exemplo, encontram-se num estado relativamente avançado, enquanto o Burundi e Madagáscar ainda não começaram a implementar a maioria das principais componentes de preparação da OMS.

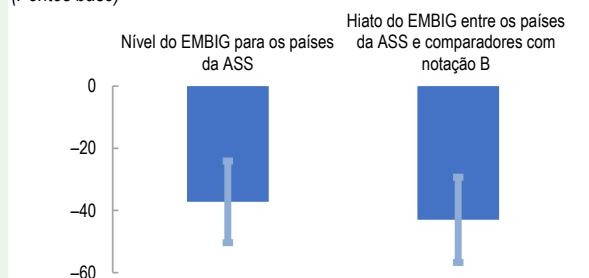
Caixa 3. A DSSI e o Quadro Comum na África Subsariana

A maioria dos países da África Subsariana aderiu à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, na sigla em inglês) do Grupo dos Vinte (G-20). Disponível apenas para os países mais pobres do mundo, a iniciativa permite que 73 países solicitem a suspensão dos pagamentos do serviço da dívida a credores oficiais bilaterais durante um período de tempo limitado e com condições de reembolso padronizadas. Os credores concordaram em prorrogar a suspensão de maio de 2020 até ao final de junho de 2021, e o G-20 está a deliberar se irá ou não prolongar ainda mais a DSSI, até ao final de 2021. Embora conceda um valioso apoio à liquidez, a iniciativa não prevê o alívio da dívida – a suspensão temporária foi concebida de modo a ser neutra em termos de valor atualizado líquido (VAL) – nem aborda as questões de sustentabilidade subjacentes. Os credores privados foram incentivados a participar em condições equivalentes, inclusivamente pelo Instituto de Finanças Internacionais, mas isso ainda não ocorreu¹.

O alívio da dívida proporcionado pela DSSI aos mutuários africanos tem sido precioso, mas limitado. Dos 37 países elegíveis da região, 30 foram beneficiados. As potenciais poupanças dos países da África Subsariana foram inicialmente estimadas em 5,5 mil milhões de USD no período de maio a dezembro de 2020. Mas a DSSI efetivamente envolveu apenas 1,8 mil milhões de USD em prol dos países subsarianos ao longo desse período. De janeiro a junho de 2021, excetuando Angola, Moçambique e a República do Congo, as potenciais poupanças também ascenderão a menos de 1% do PIB. Ao longo desses seis meses, as potenciais poupanças para a região totalizarão 4,3 mil milhões de USD, ascendendo a 1,6% do PIB, com as poupanças médias a situarem-se em apenas 0,4% do PIB.

Inicialmente, vários países elegíveis hesitaram em participar na iniciativa devido a preocupações sobre as implicações que tal poderia ter nos custos de financiamentos ou na notação de crédito soberano. Especificamente, não era claro se a participação na DSSI reduziria ou aumentaria os custos de financiamento de um país, pois poderia ser interpretada como um sinal de fragilidade dos fundamentos macroeconómicos. Antes da pandemia, os spreads dos mercados de fronteira da África Subsariana eram comparáveis com os dos países com uma notação B. Contudo, com o advento da pandemia, o diferencial face aos países com uma notação B alargou-se de forma acentuada. Desde junho de 2020, com a descida da rentabilidade a

Figura 3.1. África Subsariana: Participação na Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida e variação dos custos de endividamento (Pontos base)



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Resulta de uma análise da diferença-das-diferenças após ter em conta os fundamentos macroeconómicos dos países e as condições do mercado global, bem como efeitos fixos de tempo e por país. ASS = África Subsariana. EMBIG = índice de obrigações dos mercados emergentes.

nível global e com uma melhoria das condições financeiras mundiais que coincidiu com a implementação da DSSI, este diferencial diminuiu novamente (exceto para a Zâmbia). Sob reserva das habituais incertezas estatísticas, as economias de fronteira africanas que participam na DSSI parecem ter registado uma redução média de 37 pontos base nos spreads, por comparação com os países da região que não participam na DSSI (Figura 3.1). A análise sugere que a participação na DSSI não afetou negativamente os custos de financiamento dos mercados de fronteira africanos como se receava inicialmente².

O Quadro Comum para o Tratamento da Dívida foi formulado pelo G-20 para coordenar o tratamento da dívida dos países elegíveis à DSSI que necessitam de alívio da dívida ou de um reescalonamento dos fluxos de serviço da dívida neutro em termos de VAL. O quadro visa facilitar a coordenação do tratamento da dívida com base na situação específica do país devedor e no princípio da partilha justa do ónus, a fim de garantir uma participação alargada de credores, incluindo credores oficiais fora do Clube de Paris e credores do setor privado (como é o caso no âmbito do tratamento do Clube de Paris). Ao incluir mais credores oficiais, o Quadro Comum fortalece a arquitetura da dívida internacional. Para receber tratamento comparável no âmbito do Quadro Comum, um país devedor precisa de ter um programa apoiado pelo FMI. No início de 2021, três países solicitaram o tratamento da dívida ao abrigo do quadro: a Etiópia está a pedir o reescalonamento dos fluxos, enquanto o Chade e Zâmbia solicitaram a reestruturação da dívida com reduções do VAL.

¹Ver Instituto de Finanças Internacionais. (IIF). 2020. <https://www.iif.com/Publications/ID/4197/IIF-Provides-Two-Additions-to-the-Toolkit-to-Facilitate-Voluntary-Private-Sector-Participation-in-the-G20Paris-Club-DSSI>.

²Ver Fundo Monetário Internacional (FMI). “Has the DSSI helped lower Sovereign Spreads of Eligible Participating Countries?”, Série Especial do FMI sobre a COVID-19, Washington, DC, no prelo.

Caixa 4. Diversificação e políticas setoriais específicas: Sucessos e armadilhas

Os países seguiram diferentes abordagens à diversificação. Os exportadores de matérias-primas têm-se focado, de uma maneira geral, numa diversificação vertical que tira partido das suas atuais vantagens comparativas. Por exemplo, a Malásia usou a sua indústria da borracha para se expandir para o setor dos produtos médicos. Ao invés, outros países apostaram na diversificação horizontal para novas áreas, como o desenvolvimento da aquicultura do salmão no caso do Chile ou a recente transição da Etiópia para o setor têxtil. Noutros casos, os países foram muito além da sua matriz de produção inicial, muitas vezes dependendo do investimento direto estrangeiro para acelerar o desenvolvimento de indústrias bastante mais sofisticadas (eletrónica na Costa Rica e produção automóvel na África do Sul e em Marrocos). Por último, a integração em cadeias de valor regionais e globais tem sido muitas vezes vital, especialmente para os países da Europa do Leste e do Sudeste Asiático.

Normalmente, a diversificação exige políticas “horizontais” gerais, que visam resolver as falhas do Estado, garantir a estabilidade macroeconómica e evitar uma sobrevalorização cambial. Contudo, além disso, os países têm muitas vezes procurado várias formas de política industrial para promover ativamente a diversificação para setores específicos.

As políticas industriais direcionadas tiveram vários graus de sucesso e a análise é complicada devido a questões de enviesamentos na seleção dos casos. Mas um crescente número de estudos sublinha os princípios que poderão tornar mais viável uma abordagem direcionada^{1, 2}.

- Promover a concorrência e dar prioridade às exportações, ao invés da substituição das importações. A industrialização por substituição das importações fracassou muitas vezes na África Subsariana porque as elevadas tarifas e subsídios destinados a proteger o monopólio local também concorreram para incentivar o domínio do Estado e a corrupção. Em contrapartida, uma maior concorrência (a nível nacional e internacional) proporciona mais incentivos às empresas para obterem economias de escala, inovarem, aumentarem a produtividade e promoverem ligações a montante – o sucesso misto da Malásia com a Proton vs. o forte sucesso da Coreia do Sul com a Hyundai constituem exemplos valiosos³.
- Impor a responsabilização definindo claramente critérios de desempenho, cláusulas de caducidade e responsabilidades, realizando a monitorização regular e reconhecendo os fracassos (encerrando as empresas, se estas fracassarem).
- Criar instituições públicas dotadas de recursos adequados, autónomas e suficientemente capacitadas para solucionar os estrangulamentos específicos dos setores, as restrições gerais em termos de regulamentação e infraestruturas, bem como os problemas de coordenação. No caso da indústria do salmão do Chile e do setor dos produtos médicos da Malásia, a Fundación Chile e o Conselho da Borracha da Malásia desempenharam um papel essencial no apoio às atividades de investigação e desenvolvimento e na disseminação da tecnologia, sendo que também prestaram serviços de controlo da qualidade e assistência à promoção das exportações^{4, 5}.

¹ Ver Rodrik, Dani. 2004. “Industrial Policy for the Twenty-First Century”, Centre for Economic Policy Research, Londres, Novembro.

² Ver Reda Cherif e Fuad Hasanov. 2019. “The Return of the Policy That Shall Not Be Named: Principles of Industrial Policy”, IMF Working Papers 2019/074, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, Março.

³ Ver Reda Cherif e Fuad Hasanov. 2019. “The Leap of the Tiger: Escaping the Middle-income Trap to the Technological Frontier”, Global Policy 10(4), 497-511.

⁴ Ver Lebdioui, Amir, “Economic Diversification and Development in Resource-Dependent Economies: Lessons from Chile and Malaysia”, (doctoral thesis, University of Cambridge), <https://www.repository.cam.ac.uk/handle/1810/299448>.

⁵ Ver Lebdioui, Amir. 2020. “The Political Economy of Moving Up in Global Value Chains: How Malaysia Added Value to Its Natural Resources through Industrial Policy”. *Review of International Political Economy* (2020): 1–34.

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as *Perspetivas Económicas Regionais* têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 31 de março de 2021 e correspondem às projeções subjacentes à edição de outubro de 2021 do *World Economic Outlook*.

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subsaariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Grupos de países

Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países não ricos em recursos naturais (ver na página 26 a tabela com os grupos de países).

Os exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.

Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.

Os países não ricos em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.

Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países em situação frágil (ver na página 26 a tabela com os grupos de países).

A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto *per capita* (média sobre três anos) e a pontuação no

índice do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais (média sobre três anos).

Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* superior a USD 1035,00 no período 2017–19 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).

Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* igual ou inferior a USD 1035,00 no período 2017–19 (Banco Mundial, método Atlas).

Os países em situação frágil são aqueles com pontuação igual ou inferior a 3,2 no índice de avaliação das políticas e instituições nacionais no período 2016–18 e/ou com a presença de uma missão de manutenção ou de restabelecimento da paz nos últimos três anos.

A tabela na página 26 mostra a participação dos países da África Subsaariana nos principais órgãos de cooperação regionais, designadamente: zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Ruanda e o Burundi, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

Nas tabelas AE1 e AE3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do *World Economic Outlook* (WEO).

Na tabela AE1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados WEO.

Nas tabelas AE2–AE4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio de mercado e expressa em percentagem do PIB total do grupo.

Tabelas do apêndice estatístico

| | |
|--|----|
| AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média | 27 |
| AE2. Saldo orçamental global, incluindo donativos e dívida pública | 28 |
| AE3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos | 29 |
| AE4. Dívida externa pública por devedor e reservas..... | 30 |

Lista de fontes e notas de rodapé das tabelas do apêndice estatístico

Tabelas AE1.–AE3.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados WEO, abril de 2021.

¹ Dados do exercício orçamental.

² Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar de transferência bruta em tempo real (designado RTGS), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as suas estatísticas das contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Tabela AE4.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados WEO, abril de 2021.

¹ Membro da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Dados do exercício orçamental.

⁴ Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar de transferência bruta em tempo real (designado RTGS), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as suas estatísticas das contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Lista de abreviaturas dos países da África Subsariana

| | | | | | | | |
|-----|---------------------------------|-----|---------------------|-----|------------|-----|---------------------|
| AGO | Angola | COG | Congo, República do | KEN | Quênia | RWA | Ruanda |
| BEN | Benim | CIV | Côte d'Ivoire | LSO | Lesoto | STP | São Tomé e Príncipe |
| BWA | Botsuana | GNQ | Guiné Equatorial | LBR | Libéria | SEN | Senegal |
| BFA | Burquina Faso | ERI | Eritreia | MDG | Madagáscar | SYC | Seicheles |
| BDI | Burundi | SWZ | Essuatíni | MWI | Maláui | SLE | Serra Leoa |
| CPV | Cabo Verde | ETH | Etiópia | MLI | Mali | ZAF | África do Sul |
| CMR | Camarões | GAB | Gabão | MUS | Maurícias | SSD | Sudão do Sul |
| CAF | República Centro-Africana | GMB | Gâmbia | MOZ | Moçambique | TZA | Tanzânia |
| TCO | Chade | GHA | Gana | NAM | Namíbia | TGO | Togo |
| COM | Comores | GIN | Guiné | NER | Niger | UGA | Uganda |
| COD | Congo, República Democrática do | GNB | Guiné-Bissau | NGA | Nigéria | ZMB | Zâmbia |
| | | | | | | ZWE | Zimbabué |

África Subsariana: Grupos de países

| Países exportadores de petróleo | Outros países ricos em recursos naturais | Países não ricos em recursos | Países de rendimento médio | Países de baixo rendimento | | Países em situação frágil |
|---------------------------------|--|------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------|---------------------------|
| Angola | África do Sul | Benim | África do Sul | Benim | Maláui | Burundi |
| Camarões | Botsuana | Burundi | Angola | Burquina Faso | Mali | Chade |
| Chade | Burquina Faso | Cabo Verde | Botsuana | Burundi | Moçambique | Comores |
| Congo, Rep. do | Congo, Rep. | Comores | Cabo Verde | Chade | Níger | Congo, Rep. |
| Gabão | Dem. do | Côte d'Ivoire | Camarões | Congo, Rep. | Rep. Centro-Africana | Dem. do |
| Guiné Equatorial | Gana | Eritreia | Comores | Dem. do | Ruanda | Congo, Rep. do |
| Nigéria | Guiné | Essuatíni | Congo, Rep. do | Eritreia | Serra Leoa | Côte d'Ivoire |
| Sudão do Sul | Libéria | Etiópia | Côte d'Ivoire | Etiópia | Sudão do Sul | Eritreia |
| | Mali | Gâmbia | Essuatíni | Gâmbia | Tanzânia | Gâmbia |
| | Namíbia | Guiné-Bissau | Gabão | Guiné | Togo | Guiné |
| | Níger | Lesoto | Gana | Guiné-Bissau | Uganda | Guiné-Bissau |
| | Rep. Centro-Africana | Madagáscar | Guiné Equatorial | Libéria | Zimbabué | Libéria |
| | Serra Leoa | Maláui | Lesoto | Madagáscar | | Maláui |
| | Tanzânia | Maurícias | Maurícias | | | Mali |
| | Zâmbia | Moçambique | Namíbia | | | Rep. Centro-Africana |
| | Zimbabué | Quénia | Nigéria | | | São Tomé e Príncipe |
| | | Ruanda | Quénia | | | Serra Leoa |
| | | São Tomé e Príncipe | São Tomé e Príncipe | | | Sudão do Sul |
| | | Seicheles | Seicheles | | | Togo |
| | | Senegal | Senegal | | | Zimbabué |
| | | Togo | Zâmbia | | | |
| | | Uganda | | | | |

África Subsariana: Países membros de grupos regionais

| União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) | Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) | Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) | Comunidade da África Oriental (*CAO-5) | Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) | União Aduaneira da África Austral (SACU) | Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) |
|---|--|---|--|--|--|---|
| Benim | Camarões | Burundi | *Burundi | África do Sul | África do Sul | Benim |
| Burquina Faso | Chade | Comores | *Quénia | Angola | Botsuana | Burquina Faso |
| Côte d'Ivoire | Congo, Rep. do | Congo, Rep. | *Ruanda | Botsuana | Essuatíni | Cabo Verde |
| Guiné-Bissau | Gabão | Dem. do | Sudão do Sul | Comores | Lesoto | Côte d'Ivoire |
| Mali | Guiné Equatorial | Eritreia | *Tanzânia | Congo, Rep. | Namíbia | Gâmbia |
| Níger | Rep. Centro-Africana | Essuatíni | *Uganda | Dem. do | | Gana |
| Senegal | | Etiópia | | Essuatíni | | Guiné |
| Togo | | Madagáscar | | Lesoto | | Guiné-Bissau |
| | | Maláui | | Madagáscar | | Libéria |
| | | Maurícias | | Maláui | | Mali |
| | | Quénia | | Maurícias | | Níger |
| | | Ruanda | | Moçambique | | Nigéria |
| | | Seicheles | | Namíbia | | Senegal |
| | | Uganda | | Seicheles | | Serra Leoa |
| | | Zâmbia | | Tanzânia | | Togo |
| | | Zimbabué | | Zâmbia | | |
| | | | | Zimbabué | | |

Tabela AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

| | PIB real (Variação percentual anual) | | | | | | Preços no consumidor, média anual (Variação percentual anual) | | | | | |
|---|---|------------|------------|-------------|------------|------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2010-17 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2010-17 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| África do Sul | 2,0 | 0,8 | 0,2 | -7,0 | 3,1 | 2,0 | 5,4 | 4,6 | 4,1 | 3,3 | 4,3 | 4,5 |
| Angola | 3,1 | -2,0 | -0,6 | -4,0 | 0,4 | 2,4 | 15,5 | 19,6 | 17,1 | 22,3 | 22,3 | 13,1 |
| Benim | 4,3 | 6,7 | 6,9 | 2,0 | 5,0 | 6,0 | 1,6 | 0,8 | -0,9 | 3,0 | 2,0 | 2,0 |
| Botsuana | 5,0 | 4,5 | 3,0 | -8,3 | 7,5 | 5,4 | 5,3 | 3,2 | 2,8 | 2,0 | 4,7 | 4,3 |
| Burquina Faso | 6,0 | 6,8 | 5,7 | 0,8 | 4,3 | 5,2 | 1,2 | 2,0 | -3,2 | 1,9 | 2,7 | 2,6 |
| Burundi | 2,3 | 1,6 | 1,8 | -1,3 | 2,8 | 3,7 | 7,4 | -4,0 | -0,7 | 7,3 | 4,1 | 2,0 |
| Cabo Verde | 2,2 | 4,5 | 5,7 | -14,0 | 5,8 | 6,0 | 1,2 | 1,3 | 1,1 | 0,6 | 1,2 | 1,4 |
| Camarões | 4,7 | 4,1 | 3,9 | -2,8 | 3,4 | 4,3 | 1,8 | 1,1 | 2,5 | 2,8 | 2,2 | 2,1 |
| Chade | 3,6 | 2,3 | 3,0 | -0,9 | 1,8 | 2,6 | 1,5 | 4,0 | -1,0 | 3,5 | 3,0 | 3,0 |
| Comores | 3,3 | 3,6 | 1,9 | -0,5 | 0,0 | 3,6 | 1,8 | 1,7 | 3,7 | 1,1 | 0,3 | 1,2 |
| Congo, República Democrática do | 6,5 | 5,8 | 4,4 | -0,1 | 3,8 | 4,9 | 10,1 | 29,3 | 4,7 | 11,3 | 10,9 | 7,5 |
| Congo, República do | 1,2 | -6,4 | -0,6 | -7,8 | 0,2 | 1,0 | 2,4 | 1,2 | 2,2 | 2,4 | 2,6 | 2,8 |
| Côte d'Ivoire | 6,2 | 6,9 | 6,2 | 2,3 | 6,0 | 6,5 | 1,7 | 0,4 | 0,8 | 2,5 | 2,0 | 1,6 |
| Eritreia | 4,5 | 13,0 | 3,8 | -0,6 | 2,0 | 4,9 | 5,8 | -14,4 | -16,4 | 4,9 | 2,9 | 1,9 |
| Essuatíni | 2,7 | 2,4 | 2,2 | -3,3 | 1,4 | 0,9 | 6,2 | 4,8 | 2,6 | 3,9 | 4,5 | 4,7 |
| Etiópia ¹ | 9,9 | 7,7 | 9,0 | 6,1 | 2,0 | 8,7 | 13,5 | 13,8 | 15,8 | 20,4 | 13,1 | 8,0 |
| Gabão | 4,4 | 0,8 | 3,9 | -1,8 | 1,2 | 2,7 | 1,9 | 4,8 | 2,0 | 1,3 | 2,0 | 2,0 |
| Gâmbia | 1,9 | 7,2 | 6,1 | 0,0 | 6,0 | 6,5 | 6,0 | 6,5 | 7,1 | 5,9 | 6,0 | 5,5 |
| Gana | 6,8 | 6,3 | 6,5 | 0,9 | 4,6 | 6,1 | 11,9 | 9,8 | 7,1 | 9,9 | 9,0 | 8,2 |
| Guiné | 6,0 | 6,2 | 5,6 | 5,2 | 5,6 | 5,2 | 12,4 | 9,8 | 9,5 | 10,6 | 8,0 | 7,9 |
| Guiné Equatorial | -2,7 | -6,4 | -5,6 | -5,8 | 4,0 | -5,9 | 3,1 | 1,3 | 1,2 | 4,8 | 1,5 | 3,1 |
| Guiné-Bissau | 4,1 | 3,4 | 4,5 | -2,4 | 3,0 | 4,0 | 1,5 | 0,4 | 0,3 | 1,5 | 2,0 | 2,0 |
| Lesoto | 2,7 | -1,0 | 1,1 | -4,5 | 3,5 | 4,3 | 4,9 | 4,8 | 5,2 | 4,9 | 4,6 | 4,9 |
| Libéria | 4,1 | 1,2 | -2,5 | -3,0 | 3,6 | 4,7 | 8,6 | 23,5 | 27,0 | 17,0 | 10,9 | 15,2 |
| Madagáscar | 2,7 | 3,2 | 4,4 | -4,2 | 3,2 | 5,0 | 7,3 | 8,6 | 5,6 | 4,2 | 5,4 | 5,7 |
| Maláui | 4,2 | 3,2 | 4,5 | 0,6 | 2,2 | 6,5 | 17,9 | 9,2 | 9,4 | 8,6 | 9,5 | 7,7 |
| Mali | 4,3 | 4,7 | 4,8 | -2,0 | 4,0 | 6,0 | 1,4 | 1,7 | -2,9 | 0,6 | 1,7 | 2,0 |
| Maurícias | 3,8 | 3,8 | 3,0 | -15,8 | 6,6 | 5,2 | 3,3 | 3,2 | 0,5 | 2,5 | 2,6 | 3,9 |
| Moçambique | 6,2 | 3,4 | 2,3 | -0,5 | 2,1 | 4,7 | 8,9 | 3,9 | 2,8 | 3,1 | 5,3 | 5,5 |
| Namíbia | 3,9 | 1,1 | -1,6 | -7,2 | 2,6 | 3,3 | 5,5 | 4,3 | 3,7 | 2,6 | 3,4 | 4,4 |
| Níger | 6,1 | 7,2 | 5,9 | 1,2 | 6,9 | 12,8 | 0,9 | 2,8 | -2,5 | 2,8 | 0,4 | 2,0 |
| Nigéria | 4,2 | 1,9 | 2,2 | -1,8 | 2,5 | 2,3 | 11,8 | 12,1 | 11,4 | 13,2 | 16,0 | 13,5 |
| Quênia | 5,8 | 6,3 | 5,4 | -0,1 | 7,6 | 5,7 | 7,6 | 4,7 | 5,2 | 5,3 | 5,0 | 5,0 |
| República Centro-Africana | -1,1 | 3,8 | 3,0 | -0,0 | 3,5 | 5,0 | 5,1 | 1,6 | 2,7 | 2,3 | 3,3 | 2,5 |
| Ruanda | 6,7 | 8,6 | 9,4 | -0,2 | 5,7 | 6,8 | 4,2 | 1,4 | 2,4 | 8,0 | 2,5 | 4,1 |
| São Tomé e Príncipe | 4,7 | 3,0 | 1,3 | -6,5 | 3,0 | 5,0 | 8,8 | 7,9 | 7,7 | 9,8 | 10,6 | 8,1 |
| Seicheles | 5,0 | 1,3 | 1,9 | -13,4 | 1,8 | 4,3 | 2,4 | 3,7 | 1,8 | 1,2 | 3,7 | 2,5 |
| Senegal | 4,7 | 6,2 | 4,4 | 0,8 | 5,2 | 6,0 | 1,1 | 0,5 | 1,0 | 2,5 | 2,0 | 1,7 |
| Serra Leoa | 5,2 | 3,5 | 5,5 | -2,2 | 3,0 | 3,6 | 8,3 | 16,0 | 14,8 | 15,7 | 15,5 | 12,3 |
| Sudão do Sul | -6,6 | -1,9 | 0,9 | -6,6 | 5,3 | 6,5 | 111,2 | 83,5 | 51,2 | 38,0 | 40,0 | 33,8 |
| Tanzânia | 6,6 | 7,0 | 7,0 | 1,0 | 2,7 | 4,6 | 8,2 | 3,5 | 3,4 | 3,0 | 3,3 | 3,6 |
| Togo | 5,8 | 5,0 | 5,5 | 0,7 | 3,5 | 4,5 | 1,3 | 0,9 | 0,7 | 1,8 | 2,0 | 2,0 |
| Uganda | 5,3 | 6,0 | 8,0 | -2,1 | 6,3 | 5,0 | 7,0 | 2,6 | 2,9 | 3,8 | 5,2 | 5,5 |
| Zâmbia | 5,4 | 4,0 | 1,4 | -3,5 | 0,6 | 1,1 | 9,1 | 7,0 | 9,8 | 16,3 | 17,8 | 14,8 |
| Zimbabué ² | 7,8 | 3,5 | -7,4 | -8,0 | 3,1 | 4,0 | 1,1 | 10,6 | 255,3 | 557,2 | 99,3 | 24,7 |
| África Subsariana | 4,4 | 3,2 | 3,2 | -1,9 | 3,4 | 4,0 | 8,4 | 8,4 | 8,5 | 10,8 | 9,8 | 7,8 |
| Mediana | 4,7 | 3,8 | 3,9 | -1,8 | 3,4 | 4,9 | 4,8 | 3,9 | 2,8 | 3,8 | 4,1 | 4,3 |
| Excl. a África do Sul e a Nigéria | 5,4 | 4,6 | 4,6 | -0,4 | 3,9 | 5,3 | 7,8 | 8,0 | 8,7 | 12,1 | 8,8 | 6,3 |
| Países exportadores de petróleo | 3,8 | 1,2 | 1,8 | -2,3 | 2,3 | 2,4 | 11,3 | 12,2 | 11,1 | 13,2 | 15,0 | 12,0 |
| Excl. a Nigéria | 2,8 | -0,7 | 0,7 | -3,7 | 1,6 | 2,5 | 10,2 | 12,4 | 10,4 | 13,0 | 12,7 | 8,4 |
| Países importadores de petróleo | 4,7 | 4,4 | 4,0 | -1,7 | 4,0 | 4,9 | 6,5 | 6,2 | 7,1 | 9,4 | 6,9 | 5,5 |
| Excl. a África do Sul | 6,1 | 6,0 | 5,5 | 0,3 | 4,4 | 5,9 | 7,2 | 6,9 | 8,3 | 11,8 | 7,9 | 5,9 |
| Países de rendimento médio | 3,8 | 2,3 | 2,2 | -3,0 | 3,4 | 3,2 | 8,4 | 8,0 | 7,4 | 8,7 | 9,7 | 8,2 |
| Excl. África do Sul e Nigéria | 4,7 | 3,5 | 3,5 | -1,8 | 4,3 | 4,5 | 7,4 | 6,8 | 6,1 | 8,1 | 7,8 | 6,1 |
| Países de baixo rendimento | 6,3 | 5,9 | 5,9 | 1,0 | 3,4 | 6,1 | 8,3 | 9,4 | 11,7 | 16,7 | 9,9 | 6,6 |
| Excl. países de baixo rendimento em situação frágil | 6,9 | 6,6 | 7,4 | 2,0 | 3,4 | 6,7 | 8,4 | 7,3 | 7,2 | 9,7 | 7,3 | 5,8 |
| Países em situação frágil | 5,1 | 4,6 | 3,6 | -0,4 | 4,2 | 5,2 | 6,1 | 9,7 | 14,9 | 22,4 | 11,2 | 6,3 |
| Zona do franco CFA | 4,5 | 4,4 | 4,4 | -0,3 | 4,4 | 5,2 | 1,7 | 1,4 | 0,2 | 2,4 | 2,0 | 2,0 |
| CEMAC | 2,8 | 0,9 | 2,1 | -3,1 | 2,6 | 2,4 | 2,2 | 2,1 | 1,8 | 2,8 | 2,3 | 2,4 |
| UEMOA | 5,5 | 6,4 | 5,7 | 1,1 | 5,2 | 6,6 | 1,4 | 1,0 | -0,6 | 2,2 | 1,9 | 1,9 |
| COMESA (membros da ASS) | 6,4 | 6,0 | 5,6 | 0,2 | 4,3 | 6,0 | 8,5 | 9,5 | 13,5 | 19,1 | 11,4 | 7,4 |
| CAO-5 | 5,9 | 6,5 | 6,5 | -0,2 | 5,7 | 5,3 | 7,5 | 3,6 | 4,0 | 4,5 | 4,4 | 4,6 |
| CEDEAO | 4,8 | 3,5 | 3,5 | -0,7 | 3,5 | 3,8 | 9,6 | 9,3 | 8,2 | 10,2 | 11,5 | 9,8 |
| SACU | 2,2 | 1,0 | 0,3 | -7,0 | 3,3 | 2,2 | 5,4 | 4,5 | 4,0 | 3,2 | 4,3 | 4,5 |
| SADC | 3,3 | 1,8 | 1,2 | -4,9 | 2,7 | 2,9 | 7,5 | 8,3 | 9,6 | 12,2 | 9,4 | 6,7 |

Ver nota na página 25.

Tabela AE2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

| | Saldo orçamental global, incl. donativos (Em % do PIB) | | | | | | Dívida pública (Em % do PIB) | | | | | |
|---|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2010-17 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2010-17 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| África do Sul | -4,4 | -4,1 | -5,3 | -12,2 | -10,6 | -8,3 | 44,9 | 56,7 | 62,2 | 77,1 | 80,8 | 84,4 |
| Angola | -0,5 | 2,2 | 0,7 | -1,7 | 1,2 | 1,8 | 46,0 | 89,0 | 107,1 | 127,1 | 110,7 | 99,6 |
| Benim | -2,3 | -3,0 | -0,5 | -4,9 | -4,5 | -3,0 | 26,2 | 41,1 | 41,2 | 45,4 | 47,7 | 46,3 |
| Botsuana | -0,3 | -4,6 | -7,8 | -13,2 | -8,4 | -7,1 | 17,6 | 14,2 | 14,9 | 20,0 | 25,3 | 29,9 |
| Burquina Faso | -3,3 | -4,4 | -3,5 | -5,2 | -5,6 | -4,8 | 28,5 | 37,7 | 42,7 | 44,3 | 46,8 | 48,1 |
| Burundi | -4,6 | -7,1 | -8,7 | -12,1 | -11,3 | -3,3 | 42,5 | 53,0 | 60,1 | 69,5 | 75,6 | 74,2 |
| Cabo Verde | -7,0 | -2,7 | -1,8 | -8,9 | -7,9 | -3,6 | 105,3 | 125,6 | 125,0 | 139,0 | 137,6 | 131,3 |
| Camarões | -3,5 | -2,5 | -3,3 | -4,1 | -2,6 | -1,9 | 23,6 | 39,5 | 41,7 | 43,2 | 42,5 | 42,0 |
| Chade | -1,8 | 1,9 | -0,2 | 1,6 | -0,8 | 0,7 | 38,1 | 49,1 | 44,3 | 43,0 | 41,7 | 41,2 |
| Comores | 1,8 | -0,4 | -3,1 | -0,1 | -3,0 | -2,6 | 19,5 | 18,6 | 25,2 | 26,8 | 30,0 | 31,0 |
| Congo, República Democrática do | 0,3 | -0,0 | -1,9 | -1,6 | -0,9 | -0,4 | 21,1 | 15,3 | 15,5 | 15,2 | 12,4 | 10,6 |
| Congo, República do | -1,8 | 5,8 | 4,8 | 1,5 | 2,4 | 1,3 | 55,5 | 78,6 | 83,3 | 101,7 | 90,5 | 84,5 |
| Côte d'Ivoire | -2,3 | -2,9 | -2,3 | -5,9 | -4,6 | -3,6 | 37,3 | 40,1 | 41,2 | 45,7 | 46,3 | 46,6 |
| Eritreia | -6,1 | 4,2 | -1,6 | -5,0 | -4,6 | -1,1 | 173,5 | 185,6 | 189,3 | 184,7 | 175,6 | 164,2 |
| Essuatíni | -4,2 | -9,7 | -7,0 | -8,1 | -7,9 | -8,7 | 17,9 | 34,3 | 39,8 | 47,1 | 52,8 | 57,8 |
| Etiópia ¹ | -2,0 | -3,0 | -2,5 | -2,8 | -3,3 | -2,2 | 48,7 | 61,1 | 57,7 | 55,3 | 56,0 | 56,3 |
| Gabão | 0,8 | -0,2 | 2,1 | -1,7 | -0,7 | 0,3 | 37,6 | 60,9 | 59,5 | 72,5 | 71,1 | 70,3 |
| Gâmbia | -4,4 | -6,1 | -2,5 | -1,9 | -3,9 | -2,0 | 63,5 | 84,6 | 80,1 | 75,8 | 73,9 | 70,0 |
| Gana | -6,7 | -7,0 | -7,3 | -16,0 | -12,6 | -10,4 | 45,8 | 63,2 | 63,9 | 78,0 | 81,5 | 83,2 |
| Guiné | -3,7 | -1,1 | -0,5 | -3,6 | -2,3 | -2,3 | 43,5 | 38,3 | 36,8 | 41,4 | 42,3 | 43,3 |
| Guiné Equatorial | -6,4 | 0,5 | 1,9 | -2,8 | -0,5 | 0,1 | 18,8 | 40,2 | 44,0 | 51,1 | 44,1 | 45,8 |
| Guiné-Bissau | -2,2 | -4,9 | -3,9 | -9,0 | -5,1 | -3,6 | 53,1 | 59,2 | 66,9 | 78,1 | 78,1 | 76,4 |
| Lesoto | -4,6 | -4,4 | -7,4 | -7,6 | -9,0 | -7,2 | 39,8 | 49,6 | 49,3 | 50,3 | 49,8 | 48,6 |
| Libéria | -3,5 | -5,1 | -4,6 | -2,8 | -2,4 | -2,0 | 24,6 | 39,7 | 55,4 | 61,8 | 57,0 | 54,5 |
| Madagáscar | -2,1 | -1,3 | -1,4 | -4,2 | -5,8 | -4,8 | 36,4 | 39,8 | 37,8 | 43,6 | 46,9 | 47,8 |
| Maláui | -4,4 | -6,2 | -6,5 | -13,2 | -12,5 | -9,5 | 45,1 | 59,7 | 59,5 | 67,3 | 76,8 | 79,9 |
| Mali | -2,6 | -4,7 | -1,7 | -5,5 | -5,5 | -4,5 | 28,8 | 36,1 | 40,5 | 44,1 | 46,1 | 46,8 |
| Maurícias | -2,8 | -2,2 | -8,3 | -10,4 | -6,8 | -5,0 | 59,8 | 66,2 | 82,8 | 87,8 | 87,7 | 87,8 |
| Moçambique | -4,9 | -6,8 | -0,1 | -5,4 | -4,1 | -1,9 | 66,7 | 105,3 | 103,4 | 122,2 | 125,3 | 126,4 |
| Namíbia | -6,0 | -5,1 | -5,5 | -9,1 | -8,5 | -7,6 | 31,0 | 50,4 | 59,9 | 65,7 | 71,4 | 74,1 |
| Níger | -3,4 | -3,0 | -3,6 | -5,8 | -4,4 | -3,4 | 23,6 | 36,9 | 39,8 | 44,2 | 44,5 | 42,0 |
| Nigéria | -2,8 | -4,3 | -4,8 | -5,8 | -4,2 | -4,6 | 18,7 | 27,7 | 29,2 | 35,1 | 31,9 | 32,5 |
| Quênia | -6,4 | -7,4 | -7,7 | -8,4 | -8,1 | -6,6 | 46,8 | 60,2 | 62,1 | 68,7 | 71,5 | 72,9 |
| República Centro-Africana | -1,7 | -1,0 | 1,4 | -2,5 | -1,4 | -0,4 | 43,6 | 50,0 | 47,2 | 44,9 | 42,2 | 39,2 |
| Ruanda | -2,1 | -2,6 | -5,2 | -5,4 | -4,0 | -4,3 | 27,6 | 45,0 | 51,0 | 61,0 | 66,0 | 67,9 |
| São Tomé e Príncipe | -6,5 | -1,9 | -1,8 | 1,5 | -3,9 | -1,2 | 80,8 | 83,1 | 73,1 | 81,4 | 72,4 | 67,6 |
| Seicheles | 1,7 | 0,2 | 0,9 | -16,8 | -13,0 | -9,8 | 73,0 | 59,1 | 57,7 | 98,4 | 110,4 | 108,5 |
| Senegal | -3,9 | -3,7 | -3,9 | -6,4 | -4,9 | -3,9 | 41,0 | 63,5 | 64,8 | 65,8 | 66,8 | 66,6 |
| Serra Leoa | -5,3 | -5,6 | -3,1 | -5,5 | -3,3 | -2,6 | 45,8 | 69,1 | 71,7 | 71,9 | 70,4 | 69,3 |
| Sudão do Sul | -8,0 | -0,6 | 0,0 | -3,3 | 3,6 | 6 | 41,2 | 46,3 | 35,5 | 44,9 | 47,0 | 41,2 |
| Tanzânia | -3,2 | -1,9 | -1,7 | -1,0 | -1,3 | -1,7 | 32,7 | 38,7 | 38,2 | 38,2 | 37,9 | 37,4 |
| Togo | -4,2 | -0,6 | 1,6 | -6,1 | -6,1 | -4,1 | 45,6 | 57,3 | 53,6 | 57,6 | 60,0 | 59,9 |
| Uganda | -3,0 | -3,0 | -4,8 | -7,6 | -5,5 | -4,3 | 24,5 | 34,9 | 37,3 | 45,7 | 48,8 | 50,3 |
| Zâmbia | -5,3 | -8,4 | -9,8 | -13,9 | -9,3 | -6,9 | 39,7 | 77,3 | 94,5 | 117,8 | 118,7 | 129,5 |
| Zimbabué ² | -2,7 | -4,7 | -1,4 | 1,1 | -0,8 | -0,8 | 43,4 | 33,6 | 112,1 | 88,9 | 51,4 | 55,0 |
| África Subsariana | -3,3 | -3,5 | -4,1 | -6,9 | -5,6 | -4,7 | 34,5 | 48,3 | 51,5 | 57,8 | 56,2 | 56,2 |
| Mediana | -3,3 | -3,0 | -2,5 | -5,4 | -4,5 | -3,4 | 38,2 | 50,0 | 55,4 | 61,0 | 57,0 | 57,8 |
| Excl. a África do Sul e a Nigéria | -3,0 | -2,9 | -3,3 | -5,6 | -4,6 | -3,5 | 38,8 | 54,4 | 58,4 | 62,2 | 60,7 | 60,3 |
| Países exportadores de petróleo | -2,5 | -2,5 | -3,3 | -4,8 | -3,2 | -3,4 | 25,4 | 41,6 | 43,4 | 48,2 | 42,9 | 41,2 |
| Excl. a Nigéria | -1,8 | 1,2 | 0,3 | -2,0 | -0,1 | 0,5 | 39,5 | 70,3 | 78,2 | 85,2 | 75,7 | 70,3 |
| Países importadores de petróleo | -4,0 | -4,1 | -4,5 | -8,1 | -7,0 | -5,5 | 41,2 | 52,2 | 56,2 | 63,1 | 64,3 | 65,7 |
| Excl. a África do Sul | -3,6 | -4,1 | -4,1 | -6,4 | -5,5 | -4,4 | 38,9 | 49,8 | 53,4 | 57,4 | 57,4 | 58,2 |
| Países de rendimento médio | -3,5 | -3,8 | -4,6 | -8,1 | -6,3 | -5,4 | 33,9 | 49,2 | 52,4 | 60,4 | 58,7 | 58,6 |
| Excl. África do Sul e Nigéria | -3,2 | -3,2 | -4,0 | -7,6 | -5,7 | -4,5 | 40,0 | 61,3 | 66,1 | 72,9 | 71,2 | 70,4 |
| Países de baixo rendimento | -2,8 | -2,6 | -2,3 | -3,4 | -3,2 | -2,4 | 37,0 | 45,1 | 48,7 | 50,0 | 48,4 | 48,4 |
| Excl. países de baixo rendimento em situação frágil | -2,9 | -3,0 | -2,7 | -3,7 | -3,6 | -2,9 | 37,6 | 50,3 | 50,0 | 52,2 | 53,0 | 53,1 |
| Países em situação frágil | -2,3 | -1,8 | -1,5 | -3,6 | -3,0 | -2,1 | 37,6 | 40,4 | 47,5 | 49,0 | 45,1 | 44,8 |
| Zona do franco CFA | -2,7 | -2,0 | -1,5 | -4,5 | -3,6 | -2,7 | 32,7 | 46,3 | 47,8 | 51,7 | 51,5 | 50,9 |
| CEMAC | -2,7 | 0,0 | -0,1 | -2,2 | -1,2 | -0,6 | 31,8 | 50,2 | 51,3 | 56,1 | 53,4 | 52,1 |
| UEMOA | -2,9 | -3,3 | -2,4 | -5,8 | -4,9 | -3,8 | 34,1 | 43,8 | 45,6 | 49,2 | 50,4 | 50,3 |
| COMESA (membros da ASS) | -3,3 | -4,2 | -4,8 | -5,7 | -5,2 | -4,0 | 40,2 | 50,9 | 56,6 | 59,3 | 58,3 | 59,4 |
| CAO-5 | -4,4 | -4,7 | -5,3 | -5,9 | -5,5 | -4,6 | 36,5 | 48,4 | 50,0 | 55,2 | 57,4 | 58,3 |
| CEDEAO | -3,2 | -4,3 | -4,4 | -6,8 | -5,1 | -4,8 | 24,6 | 35,8 | 37,1 | 43,5 | 41,7 | 41,8 |
| SACU | -4,3 | -4,2 | -5,4 | -12,1 | -10,4 | -8,2 | 43,0 | 54,3 | 59,5 | 73,5 | 77,1 | 80,6 |
| SADC | -3,3 | -3,0 | -3,9 | -8,2 | -6,8 | -5,2 | 42,2 | 56,8 | 64,2 | 73,1 | 71,8 | 72,7 |

Ver nota na página 25.

Tabela AE3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos

| | Moeda em sentido lato | | | | | | Conta corrente externa, incl. donativos | | | | | |
|---|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | (Em % do PIB) | | | | | | (Em % do PIB) | | | | | |
| | 2010-17 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2010-17 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| África do Sul | 72,9 | 72,8 | 74,1 | 82,8 | 81,4 | 80,0 | -3,7 | -3,5 | -3,0 | 2,2 | -0,4 | -1,5 |
| Angola | 35,3 | 29,3 | 31,3 | 32,5 | 31,0 | 29,9 | 2,6 | 7,0 | 5,7 | -0,6 | 0,8 | 0,5 |
| Benim | 27,8 | 27,9 | 27,8 | 27,8 | 27,8 | 27,8 | -5,1 | -4,6 | -4,0 | -4,7 | -4,5 | -3,8 |
| Botsuana | 43,1 | 41,2 | 43,0 | 48,7 | 46,3 | 45,1 | 5,7 | 0,6 | -7,6 | -10,3 | -4,5 | -3,3 |
| Burquina Faso | 29,4 | 38,9 | 41,3 | 45,9 | 49,3 | 52,4 | -5,0 | -4,1 | -3,3 | -3,7 | -4,5 | -4,8 |
| Burundi | 24,7 | 30,0 | 36,0 | 45,8 | 56,4 | 59,0 | -14,5 | -11,4 | -11,7 | -13,3 | -15,7 | -14,5 |
| Cabo Verde | 91,5 | 100,0 | 102,0 | 121,3 | 119,6 | 116,3 | -8,8 | -5,2 | -0,4 | -13,8 | -10,6 | -6,4 |
| Camarões | 21,8 | 24,4 | 24,5 | 25,8 | 26,8 | 27,1 | -3,3 | -3,6 | -4,4 | -5,3 | -4,4 | -3,2 |
| Chade | 13,9 | 14,3 | 17,0 | 18,4 | 18,4 | 18,5 | -8,9 | -1,4 | -4,9 | -8,8 | -6,6 | -6,3 |
| Comores | 23,7 | 28,2 | 28,0 | 30,7 | 30,7 | 30,7 | -2,7 | -2,3 | -4,3 | -0,4 | -3,5 | -3,0 |
| Congo, República Democrática do | 11,8 | 12,8 | 15,2 | 20,2 | 21,5 | 24,3 | -5,6 | -3,6 | -4,2 | -4,0 | -3,4 | -3,4 |
| Congo, República do | 27,8 | 22,8 | 24,9 | 38,8 | 39,7 | 41,0 | -5,7 | 1,5 | 2,3 | -3,8 | -0,2 | -2,1 |
| Côte d'Ivoire | 11,1 | 10,2 | 11,7 | 11,3 | 11,3 | 10,9 | 0,6 | -3,6 | -2,7 | -3,6 | -3,6 | -3,4 |
| Eritreia | 193,9 | 239,7 | 237,7 | 231,5 | 228,6 | 223,8 | 11,7 | 15,4 | 12,1 | 10,7 | 13,9 | 13,5 |
| Essuatíni | 26,1 | 29,2 | 28,4 | 30,5 | 32,0 | 32,5 | 5,0 | 1,3 | 4,3 | 7,0 | 4,9 | 2 |
| Etiópia ¹ | 27,9 | 33,7 | 33,0 | 30,7 | 30,3 | 29,3 | -6,7 | -6,5 | -5,3 | -4,6 | -3,6 | -3,9 |
| Gabão | 23,2 | 24,3 | 23,3 | 27,4 | 27,5 | 29,7 | 6,1 | -3,3 | -1,8 | -5,1 | -0,3 | -0,2 |
| Gâmbia | 36,1 | 41,9 | 46,9 | 53,4 | 52,9 | 51,0 | -7,8 | -9,5 | -5,3 | -5,5 | -12,0 | -12,6 |
| Gana | 23,8 | 25,4 | 26,6 | 31,5 | 32,2 | 32,3 | -6,5 | -3,1 | -2,8 | -3,3 | -2,8 | -4,9 |
| Guiné | 24,5 | 22,5 | 24,0 | 23,6 | 24,6 | 24,7 | -15,2 | -20,3 | -13,7 | -12,1 | -13,2 | -12,4 |
| Guiné Equatorial | 15,1 | 15,5 | 16,6 | 18,2 | 17,0 | 18,8 | -8,6 | -5,4 | -6,3 | -8,4 | -3,6 | -4,4 |
| Guiné-Bissau | 35,8 | 43,7 | 43,4 | 47,7 | 46,3 | 44,9 | -2,1 | -3,6 | -8,6 | -10,1 | -6,5 | -5,4 |
| Lesoto | 34,9 | 35,1 | 35,5 | 36,3 | 35,3 | 34,0 | -7,1 | -1,4 | -8,0 | -15,5 | -16,9 | -25,1 |
| Libéria | 20,2 | 19,6 | 21,0 | 25,6 | 23,8 | 23,8 | -33,3 | -22,3 | -19,6 | -18,1 | -19,2 | -20,7 |
| Madagáscar | 22,7 | 25,3 | 24,1 | 27,1 | 30,3 | 30,2 | -3,9 | 0,7 | -2,2 | -6,5 | -5,0 | -4,4 |
| Maláui | 24,3 | 23,6 | 22,6 | 24,6 | 22,6 | 22,6 | -13,0 | -20,5 | -17,1 | -19,8 | -20,7 | -18,9 |
| Mali | 26,2 | 29,0 | 29,6 | 34,0 | 34,0 | 34,0 | -5,7 | -4,9 | -4,8 | -2,0 | -4,1 | -4,4 |
| Maurícias | 102,9 | 115,3 | 120,8 | 161,5 | 151,9 | 142,9 | -6,8 | -3,9 | -5,4 | -11,3 | -14,7 | -6,6 |
| Moçambique | 31,6 | 34,7 | 37,1 | 39,5 | 40,5 | 40,5 | -30,7 | -29,6 | -20,4 | -60,6 | -68,9 | -83,2 |
| Namíbia | 58,5 | 57,6 | 63,6 | 72,9 | 72,9 | 72,9 | -7,6 | -3,3 | -1,7 | -0,6 | -3,4 | -2,9 |
| Niger | 17,3 | 15,8 | 17,1 | 16,9 | 17,4 | 17,2 | -12,9 | -12,6 | -12,3 | -13,3 | -17,0 | -10,7 |
| Nigéria | 21,7 | 25,4 | 23,9 | 24,3 | 23,8 | 24,5 | 1,8 | 0,9 | -3,8 | -3,7 | -2,2 | -1,8 |
| Quênia | 40,8 | 37,5 | 36,2 | 37,0 | 37,0 | 37,0 | -7,8 | -5,7 | -5,8 | -4,8 | -5,3 | -5,4 |
| República Centro-Africana | 22,2 | 27,1 | 28,0 | 29,2 | 29,8 | 28,5 | -7,5 | -8,0 | -4,9 | -7,9 | -6,8 | -5,9 |
| Ruanda | 20,9 | 25,0 | 26,3 | 27,0 | 28,0 | 28,5 | -9,9 | -10,4 | -12,4 | -12,2 | -12,5 | -11,4 |
| São Tomé e Príncipe | 37,6 | 35,6 | 32,5 | 33,8 | 33,8 | 33,8 | -17,4 | -12,3 | -12,5 | -17,4 | -15,5 | -9,3 |
| Seicheles | 64,5 | 79,5 | 87,8 | 108,7 | 102,8 | 102,8 | -19,7 | -18,4 | -17,0 | -29,1 | -36,9 | -34,9 |
| Senegal | 32,2 | 40,9 | 41,6 | 44,4 | 45,3 | 45,6 | -6,4 | -8,8 | -7,8 | -11,0 | -12,8 | -11,7 |
| Serra Leoa | 21,8 | 23,0 | 23,0 | 28,5 | 27,6 | 27,0 | -24,9 | -18,6 | -22,2 | -15,0 | -14,1 | -14,9 |
| Sudão do Sul | 18,9 | 13,5 | 17,3 | 22,5 | 21,4 | 23,3 | 3,4 | 1,5 | -23,3 | -4,5 | -11,9 | 0,2 |
| Tanzânia | 22,8 | 20,4 | 20,4 | 21,2 | 21,5 | 21,3 | -8,1 | -3,0 | -2,2 | -2,7 | -4,3 | -4,0 |
| Togo | 35,3 | 43,1 | 42,0 | 45,6 | 45,7 | 45,8 | -5,6 | -1,9 | -2,5 | -3,7 | -3,4 | -3,4 |
| Uganda | 17,1 | 18,5 | 19,5 | 22,4 | 23,4 | 23,2 | -5,7 | -5,7 | -5,7 | -9,1 | -8,4 | -5,7 |
| Zâmbia | 19,8 | 22,9 | 23,6 | 30,6 | 30,2 | 30,7 | 1,4 | -1,3 | 0,6 | 1,5 | 6,5 | 5,6 |
| Zimbabué ² | 22,9 | 23,3 | 21,6 | 17,4 | 18,5 | 19,9 | -9,7 | -8,3 | 4,4 | 4,7 | 4,4 | 1,7 |
| África Subsariana | 35,6 | 36,3 | 36,3 | 38,7 | 38,4 | 38,1 | -2,6 | -2,6 | -3,7 | -3,7 | -3,7 | -3,7 |
| Mediana | 25,8 | 27,9 | 28,0 | 30,7 | 30,7 | 30,7 | -6,2 | -3,9 | -4,9 | -5,3 | -4,5 | -4,4 |
| Excl. a África do Sul e a Nigéria | 28,1 | 29,0 | 29,7 | 31,7 | 31,8 | 31,7 | -4,6 | -3,9 | -3,9 | -5,8 | -5,5 | -5,5 |
| Países exportadores de petróleo | 23,5 | 25,4 | 24,7 | 25,6 | 25,1 | 25,6 | 1,3 | 1,4 | -2,5 | -3,7 | -2,1 | -1,7 |
| Excl. a Nigéria | 27,8 | 25,4 | 26,7 | 28,9 | 28,3 | 28,2 | 0,1 | 2,4 | 0,7 | -3,7 | -1,9 | -1,6 |
| Países importadores de petróleo | 43,7 | 42,7 | 43,0 | 46,2 | 45,9 | 45,0 | -5,5 | -5,0 | -4,4 | -3,8 | -4,6 | -5,0 |
| Excl. a África do Sul | 28,1 | 29,9 | 30,3 | 32,3 | 32,6 | 32,5 | -6,7 | -5,7 | -5,0 | -6,2 | -6,3 | -6,4 |
| Países de rendimento médio | 38,9 | 39,6 | 39,5 | 42,4 | 41,8 | 41,5 | -1,2 | -1,4 | -3,0 | -2,5 | -2,3 | -2,5 |
| Excl. África do Sul e Nigéria | 31,1 | 30,9 | 31,7 | 34,6 | 34,3 | 34,0 | -2,0 | -1,6 | -2,2 | -4,3 | -3,7 | -3,8 |
| Países de baixo rendimento | 24,1 | 26,7 | 27,3 | 28,5 | 29,0 | 29,1 | -8,6 | -7,0 | -5,9 | -7,4 | -7,7 | -7,6 |
| Excl. países de baixo rendimento em situação frágil | 23,9 | 27,2 | 27,4 | 28,0 | 28,5 | 28,2 | -9,5 | -7,1 | -6,1 | -8,7 | -9,1 | -9,2 |
| Países em situação frágil | 21,2 | 21,5 | 22,7 | 24,8 | 25,1 | 25,6 | -5,3 | -5,6 | -4,7 | -4,8 | -4,7 | -4,6 |
| Zona do franco CFA | 21,4 | 23,8 | 24,7 | 26,7 | 27,1 | 27,5 | -3,5 | -4,4 | -4,2 | -5,7 | -5,4 | -4,8 |
| CEMAC | 20,5 | 21,8 | 22,5 | 25,5 | 25,9 | 26,8 | -3,4 | -2,9 | -3,3 | -5,9 | -3,4 | -3,1 |
| UEMOA | 22,1 | 24,9 | 25,9 | 27,3 | 27,8 | 27,9 | -3,9 | -5,4 | -4,8 | -5,6 | -6,5 | -5,6 |
| COMESA (membros da ASS) | 30,4 | 32,7 | 32,7 | 34,4 | 34,6 | 34,4 | -6,1 | -5,4 | -4,7 | -4,9 | -4,5 | -4,3 |
| CAO-5 | 28,4 | 28,0 | 27,7 | 29,1 | 29,7 | 29,7 | -7,7 | -5,2 | -5,1 | -5,4 | -6,1 | -5,5 |
| CEDEAO | 22,2 | 25,4 | 24,9 | 26,1 | 25,9 | 26,5 | -0,6 | -1,6 | -4,3 | -4,4 | -3,6 | -3,3 |
| SACU | 70,3 | 70,0 | 71,4 | 79,8 | 78,4 | 77,0 | -3,4 | -3,3 | -3,1 | 1,4 | -0,8 | -1,8 |
| SADC | 52,9 | 50,7 | 51,8 | 57,1 | 56,4 | 55,4 | -3,5 | -2,5 | -2,2 | -1,8 | -2,9 | -3,8 |

Ver nota na página 25.

Tabela AE4. Dívida externa pública por devedor e reservas

| | Dívida externa pública por devedor | | | | | | Reservas | | | | | |
|---|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| | (Em % do PIB) | | | | | | (Em meses de importações de bens e serviços) | | | | | |
| | 2010-17 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2010-17 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| África do Sul | 14,6 | 18,2 | 22,3 | 28,8 | 28,5 | 29,1 | 5,3 | 6,0 | 8,6 | 7,2 | 6,6 | 6,2 |
| Angola | 26,8 | 46,5 | 56,1 | 84,0 | 82,5 | 79,9 | 8,2 | 8,7 | 12,4 | 8,8 | 10,1 | 9,9 |
| Benim ¹ | 13,6 | 18,6 | 23,8 | 27,0 | 31,9 | 30,1 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Botsuana | 15,3 | 11,3 | 10,7 | 11,1 | 10,0 | 12,8 | 11,9 | 10,7 | 11,3 | 8,4 | 7,8 | 8,2 |
| Burkina Faso ¹ | 21,2 | 20,7 | 23,5 | 25,5 | 23,7 | 23,5 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Burundi | 20,4 | 16,9 | 18,2 | 19,6 | 18,5 | 17,4 | 3,0 | 0,8 | 1,3 | 0,8 | 0,7 | 0,7 |
| Cabo Verde | 78,2 | 100,2 | 101,9 | 116,8 | 109,2 | 103,3 | 5,0 | 5,8 | 8,9 | 6,7 | 6,6 | 6,3 |
| Camarões ² | 15,2 | 27,6 | 28,8 | 32,5 | 30,7 | 30,4 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Chade ² | 24,0 | 24,9 | 24,4 | 24,7 | 21,2 | 19,7 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Comores | 18,3 | 16,8 | 24,3 | 27,7 | 29,3 | 30,3 | 7,0 | 6,8 | 7,2 | 7,9 | 7,7 | 7,5 |
| Congo, República Democrática do | 16,1 | 12,9 | 13,4 | 12,9 | 10,6 | 9,2 | 1,1 | 0,5 | 0,7 | 0,6 | 1,0 | 1,4 |
| Congo, República do ² | 23,2 | 29,3 | 30,3 | 42,3 | 37,8 | 37,6 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Côte d'Ivoire ¹ | 24,1 | 26,9 | 30,0 | 34,9 | 32,9 | 31,9 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Eritreia | 63,3 | 64,4 | 61,7 | 58,0 | 54,2 | 50,5 | 3,9 | 2,6 | 2,1 | 2,0 | 3,9 | 5,5 |
| Essuatíni | 8,0 | 10,0 | 12,7 | 19,0 | 22,2 | 23,2 | 4,0 | 2,8 | 3,2 | 3,5 | 4,1 | 4,2 |
| Etiópia ³ | 23,6 | 30,6 | 28,5 | 29,1 | 30,9 | 33,1 | 2,0 | 1,7 | 2,3 | 2,1 | 2,5 | 3,4 |
| Gabão ² | 26,0 | 38,5 | 38,9 | 48,0 | 47,2 | 47,5 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Gâmbia | 33,8 | 45,5 | 43,9 | 42,5 | 42,8 | 41,3 | 3,9 | 2,7 | 3,9 | 4,9 | 4,8 | 4,8 |
| Gana | 22,7 | 34,5 | 30,3 | 35,7 | 36,5 | 38,0 | 2,8 | 2,4 | 3,2 | 3,4 | 3,0 | 2,9 |
| Guiné | 27,6 | 19,3 | 19,3 | 24,6 | 27,5 | 29,9 | 2,2 | 2,1 | 2,5 | 2,3 | 2,7 | 2,8 |
| Guiné Equatorial ² | 7,6 | 12,0 | 14,5 | 17,4 | 16,2 | 19,9 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Guiné-Bissau ¹ | 23,9 | 21,0 | 25,1 | 28,7 | 27,9 | 26,0 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Lesoto | 34,4 | 38,5 | 38,9 | 40,6 | 32,2 | 28,1 | 4,9 | 4,0 | 4,0 | 3,6 | 3,4 | 2,9 |
| Libéria | 13,4 | 28,8 | 35,6 | 40,5 | 40,1 | 39,3 | 2,0 | 2,3 | 2,3 | 2,6 | 2,9 | 3,1 |
| Madagáscar | 22,9 | 25,4 | 26,5 | 31,7 | 34,3 | 35,6 | 3,0 | 4,3 | 5,2 | 4,9 | 4,7 | 4,5 |
| Maláui | 23,2 | 31,1 | 29,7 | 31,1 | 31,2 | 31,8 | 2,2 | 3,0 | 3,0 | 2,9 | 2,8 | 2,6 |
| Mali ¹ | 22,0 | 22,5 | 26,3 | 28,1 | 25,7 | 25,6 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Maurícias | 14,0 | 11,2 | 10,9 | 20,7 | 22,7 | 22,1 | 6,5 | 10,3 | 16,8 | 13,5 | 12,4 | 11,1 |
| Moçambique | 56,1 | 89,6 | 89,6 | 97,5 | 108,8 | 111,0 | 3,2 | 3,8 | 3,7 | 3,3 | 2,7 | 2,8 |
| Namíbia | 10,2 | 15,5 | 20,2 | 26,2 | 24,9 | 24,3 | 2,5 | 2,0 | 3,0 | 1,8 | 2,3 | 2,6 |
| Níger ¹ | 16,2 | 23,2 | 25,4 | 30,3 | 28,9 | 26,9 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Nigéria | 2,6 | 6,8 | 6,7 | 8,4 | 7,4 | 7,0 | 5,9 | 5,1 | 6,5 | 5,4 | 4,8 | 4,1 |
| Quênia | 23,4 | 30,5 | 31,8 | 34,7 | 37,1 | 36,8 | 4,2 | 4,8 | 6,1 | 4,6 | 4,6 | 4,3 |
| República Centro-Africana ² | 24,9 | 35,9 | 35,8 | 37,7 | 35,4 | 33,0 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Ruanda | 22,6 | 40,2 | 44,2 | 54,0 | 56,9 | 59,1 | 3,7 | 4,2 | 4,8 | 4,7 | 3,7 | 3,6 |
| São Tomé e Príncipe | 77,9 | 66,3 | 66,7 | 81,4 | 72,4 | 67,6 | 4,0 | 2,7 | 3,2 | 4,5 | 4,5 | 4,8 |
| Seicheles | 39,7 | 29,1 | 28,1 | 46,4 | 55,6 | 53,1 | 3,3 | 3,7 | 5,2 | 4,1 | 2,8 | 2,1 |
| Senegal ¹ | 28,2 | 45,1 | 47,6 | 49,1 | 45,3 | 42,7 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Serra Leoa | 29,4 | 38,9 | 40,9 | 44,4 | 44,8 | 44,8 | 2,8 | 3,3 | 4,0 | 4,8 | 4,7 | 4,4 |
| Sudão do Sul | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 2,1 | 0,1 | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 0,5 |
| Tanzânia | 24,4 | 28,9 | 28,1 | 28,0 | 27,9 | 27,2 | 4,5 | 5,9 | 5,9 | 5,2 | 4,0 | 4,1 |
| Togo ¹ | 12,6 | 14,9 | 17,8 | 23,1 | 22,2 | 22,2 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Uganda | 14,6 | 23,3 | 25,5 | 31,3 | 32,3 | 32,1 | 4,7 | 4,0 | 4,0 | 4,5 | 3,7 | 3,0 |
| Zâmbia | 21,5 | 42,8 | 53,5 | 72,4 | 72,4 | 68,1 | 2,9 | 2,1 | 2,4 | 1,2 | 0,7 | 0,0 |
| Zimbabué ⁴ | 35,5 | 33,5 | 37,2 | 33,9 | 27,3 | 24,1 | 0,5 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 0,2 |
| África Subsariana | 15,1 | 22,1 | 23,6 | 27,8 | 26,7 | 26,1 | 4,9 | 4,7 | 6,0 | 4,8 | 4,6 | 4,3 |
| Mediana | 22,0 | 28,2 | 28,3 | 31,5 | 31,6 | 31,1 | 3,6 | 3,3 | 3,9 | 4,1 | 3,7 | 3,6 |
| Excl. a África do Sul e a Nigéria | 22,7 | 30,9 | 32,4 | 36,8 | 36,4 | 36,0 | 4,2 | 3,9 | 4,8 | 3,8 | 3,8 | 3,9 |
| Países exportadores de petróleo | 9,1 | 16,6 | 16,9 | 20,3 | 18,3 | 16,9 | 6,0 | 5,3 | 6,9 | 5,4 | 5,2 | 4,6 |
| Excl. a Nigéria | 23,1 | 37,5 | 42,3 | 55,0 | 52,0 | 50,9 | 6,3 | 5,7 | 7,8 | 5,4 | 6,2 | 6,3 |
| Países importadores de petróleo | 19,4 | 25,4 | 27,5 | 31,9 | 31,8 | 31,9 | 4,1 | 4,3 | 5,5 | 4,5 | 4,3 | 4,2 |
| Excl. a África do Sul | 22,8 | 29,1 | 29,9 | 33,2 | 33,2 | 33,0 | 3,4 | 3,4 | 4,1 | 3,4 | 3,3 | 3,4 |
| Países de rendimento médio | 13,0 | 20,4 | 22,0 | 26,8 | 25,6 | 24,8 | 5,5 | 5,2 | 7,0 | 5,5 | 5,2 | 4,8 |
| Excl. África do Sul e Nigéria | 22,1 | 32,8 | 35,3 | 42,4 | 41,7 | 40,9 | 5,2 | 4,8 | 6,2 | 4,5 | 4,8 | 4,7 |
| Países de baixo rendimento | 23,8 | 28,3 | 28,7 | 30,5 | 30,2 | 30,2 | 2,8 | 2,7 | 3,0 | 2,9 | 2,7 | 2,9 |
| Excl. países de baixo rendimento em situação frágil | 24,1 | 31,9 | 31,8 | 34,0 | 35,1 | 35,8 | 3,4 | 3,7 | 3,9 | 3,7 | 3,4 | 3,6 |
| Países em situação frágil | 23,4 | 24,1 | 25,7 | 28,4 | 26,2 | 25,3 | 2,6 | 1,6 | 2,1 | 1,8 | 2,0 | 2,2 |
| Zona do franco CFA | 20,1 | 27,1 | 29,5 | 33,7 | 32,0 | 31,2 | 4,8 | 3,9 | 5,0 | 4,9 | 4,9 | 4,6 |
| CEMAC | 18,3 | 27,5 | 28,8 | 33,9 | 31,8 | 31,9 | 4,5 | 2,7 | 3,6 | 3,1 | 4,0 | 4,2 |
| UEMOA | 21,8 | 26,8 | 30,0 | 33,6 | 32,1 | 30,8 | 5,0 | 4,7 | 5,9 | 6,0 | 5,4 | 4,8 |
| COMESA (membros da ASS) | 21,6 | 27,6 | 28,6 | 31,7 | 32,2 | 32,0 | 3,0 | 3,1 | 3,9 | 3,2 | 3,2 | 3,2 |
| CAO-5 | 21,7 | 29,0 | 30,0 | 32,9 | 34,2 | 33,9 | 4,3 | 4,9 | 5,5 | 4,7 | 4,2 | 3,9 |
| CEDEAO | 8,6 | 15,0 | 15,1 | 18,1 | 16,8 | 16,1 | 5,0 | 4,2 | 5,4 | 4,5 | 4,2 | 3,7 |
| SACU | 14,5 | 17,9 | 21,7 | 27,8 | 27,4 | 28,0 | 5,5 | 6,0 | 8,4 | 7,0 | 6,4 | 6,1 |
| SADC | 19,2 | 25,7 | 29,2 | 35,8 | 34,8 | 34,4 | 5,3 | 5,7 | 7,7 | 6,0 | 5,6 | 5,4 |

Ver nota na página 25.